



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

7.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 08 DE JANEIRO DE 2014

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Alcino Pinto

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Deolindo da Mata
Celmira Sacramento
Firmino Raposo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 45 minutos.

Deu-se continuidade ao debate, na especialidade, das propostas de lei n.ºs 31 e 32/IX/7.ª/2013 — Orçamento Geral do Estado (OGE) e Grandes Opções do Plano (GOP) para o ano económico de 2014. Usaram da palavra, a diverso título, o Sr. Primeiro-Ministro (Gabriel Costa), Ministro da Educação e Cultura (Jorge Bom Jesus), Ministro da Juventude e Desporto (Danilson Cotú), os Srs. Deputados José Viegas (MLSTP/PSD), Albertino Bragança (PCD), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Isabel Domingos (ADI), Herodes Rompão (PCD), Adllander Matos (MLSTP/PSD) Filomena Monteiro (MLSTP/PSD), Elsa Pinto (MLSTP/PSD), António Ramos (MLSTP/PSD),

Cecílio Quaresma (ADI), Gil Costa (PCD), Hélder Paquete (ADI), Abnildo de Oliveira (ADI), Carlos Correia (ADI), Ayres Major (MDFM/PL), Alexandre Guadalupe (ADI), Isabel Domingos (ADI), José Diogo (ADI), José Manuel (ADI), Levy Nazaré (ADI), Octávio Boa Morte (ADI), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Carlos Pinheiro (ADI), Bilaine de Ceita (ADI), Hélder das Neves (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD) e Arlindo Ramos (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 14 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 45 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **de Oliveira**
Adelino Lourenço Pires dos **Santos**
Adérito de Oliveira **Bomfim** Ramos
Adilson Cabral **Managem**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
Álvaro João **Santiago**
André Varela **Ramos**
Arlindo Ramos
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel **Cassandra** Correia
Cecílio Quaresma da Graça Sacramento
Celmira de Almeida do **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Hélder Paquete Lima
Idalécio Augusto **Quaresma**
Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**
Jorge Sousa Pontes **Amaro**
José da Graça **Diogo**
José Manuel Costa Alegre
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Mário Fernando
Martinho da Trindade **Domingos**
Octávio Costa **Boa Morte** Fernandes
Odete Aleixo Augusto Mendes **Bragança**
Paulo Jorge de Carvalho

Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adllander Costa de **Matos**
Alcino Martinho de Barros **Pinto**
António da Trindade Afonso **Ramos**
António Monteiro Fernandes
António Neves Sacramento **Barros**
Arlindo Barbosa Semedo
Aurélio Pires Quaresma **Martins**
Deolindo Luís da Trindade da **Mata**
Dionísio Leopoldino Fernandes
Domingos Monteiro Fernandes
Elsa Maria d'Alva Teixeira **Pinto**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d'Alva
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Hélder Afonso das **Neves**
 Joaquim **Rafael Branco**
Jorge Amado
José da Graça **Viegas** Santiago
 Manuel da Cruz **Marçal Lima**
Manuel Quaresma **Martins**
Maria das Neves Batista de Sousa
Silvíia do Espírito **Santo**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Ambrósio Gil
Albertino Homem Sequeira **Bragança**
Cipriano Sousa **Riqueza**

Delfim Santiago das Neves
Firmino João Raposo
Gil Mascarenhas da Costa
Herodes Sousa Pontes Sacramento

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Ayres António Major

O Sr. **Presidente**: — Sra. Ministra da Justiça e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, peço aos serviços para convocar os Srs. Membros do Governo.

Estando aberta a sessão, como decidimos ontem, o Sr. Presidente da República viaja hoje, vou ter que estar no aeroporto, daí que peço a Sra. Vice-Presidente, Dra. Maria das Neves, para me substituir para que os nossos trabalhos não parem.

O Sr. Primeiro-Ministro também estará ausente e o Sr. Ministro das Finanças conduzirá a discussão em representação deste. Estaremos ausentes por alguns minutos e depois retomaremos.

Entretanto, assumiu a presidência a Sra. Vice-Presidente Maria das Neves.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves): — Srs. Deputados, gostava de saudá-los e também a Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares.

Pausa para entrada dos membros do Governo na Sala.

Gostava de saudar as Sras. e Srs. Membros do Governo, tal como já tinha sido anunciado pelo Sr. Presidente da Assembleia, vamos iniciar a nossa sessão com o debate sobre a área social. Recordo que vamos debater questões que se prendem com os Ministérios da Educação, Cultura e Formação; da Saúde e dos Assuntos Sociais; e o da Juventude e Desporto.

Temos como tempo disponível para o Governo 66 minutos, para o Grupo Parlamentar do ADI 66 minutos, para o Grupo Parlamentar MLSTP/PSD 55 minutos, para o Grupo Parlamentar do PCD 18 minutos e 5 minutos para o Deputado do MDFM/PL.

Está aberta a inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: A minha intervenção vai incidir-se sobretudo numa questão que foi levantada aqui ontem e que me parece de extrema importância. O Sr. Primeiro-Ministro na sua intervenção fez referência a um assunto que me parece estruturante e importante para a vida do País e também cola-se um pouco a intervenção do Sr. Deputado Ayres Major.

O Sr. Primeiro-Ministro disse-nos, só tomei conhecimento disso após o anúncio feito aqui pelo Chefe do Governo, que a CNN teria anunciado que São Tomé e Príncipe é um bom destino para os turistas. Isso é um desafio. Já, salvo erro, em 1970, no discurso do V Centenário, o governador Jorge Silva Sebastião terá dito, está escrito no arquivo histórico, que a monocultura do cacau e café não era solução para o País. Aliás, a decadência das roças já tinha começado nos anos 50. Não estou a falar isso por imaginação, mas é resultado de estudos feitos. O turismo afigura-se para São Tomé e Príncipe como uma saída importante e fundamental. O que vou dizer aqui não é assessorio, é importante e fundamental.

O Sr. Deputado Ayres Major dizia na sua intervenção, com muita justiça, que o sector da cultura estava desguarnecido de meios. Acredito que o desafio da CNN vai estimular procuras de exigência alta. Esses turistas não virão aqui buscar arranha-céus, não os temos, virão buscar a beleza, aquilo que é a exuberância da nossa natureza e o nosso folclore.

A Direcção da Cultura deve ajudar o Ministério da Educação a conduzir a nossa política da cultura e não é nessa lógica de entendimento admissível que aquela direcção não tenha meios. É difícil para um país como São Tomé e Príncipe, pela forma como mobiliza os seus recursos, os compromissos que tem com cada uma das rubricas e com os nossos parceiros, às vezes é difícil fazer realocações.

Percebo que, em muitas circunstâncias, tirar uma verba de investimento para despesas corrente é, até por lei, inaceitável, mas trago aqui uma proposta concreta que não traz constrangimentos com esse pressuposto que coloquei aqui.

Gostaria de sugerir que, no quadro do apoio institucional, se tirasse 10% das verbas. Vou citar os sectores de onde esses 10% devem sair para alocar à Direcção da Cultura. Não se trata apenas da questão de viaturas. A Direcção da Cultura tem o arquivo histórico que é um património nacional enorme. Os documentos que saem dos nossos sectores não são nossos, são documentos para acervo desta direcção, para dar ênfase à sequência governativa e para a geração vindoura. É assim que começou a civilização humana.

Portanto, que se retirasse 10% do código 2452, isso toca directamente a Assembleia Nacional e assumiremos as nossas responsabilidades, o código 2367, Gabinete do Primeiro-Ministro, 10%; o código 2200, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 10%; o código 2472, Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, 10%; o código 4953, Ministério da Juventude e Desporto, apenas 3%. É esta a proposta concreta que gostaria de fazer e essas verbas devem ser transferidas para a Direcção da Cultura e reequacionadas as vantagens para uma ou outra rubrica porque, do meu ponto de vista, é uma costela essencial também para o turismo. Este é o primeiro ponto da minha intervenção.

No segundo ponto, gostaria de fazer duas referências importantes: uma, tem a ver com o facto de ter visto no Ministério da Educação, «apoio ao desporto escolar». Sr. Ministro da Educação, a verba de um bilhão que está lá inscrita, parece-me insuficiente. Não trago proposta de realocação de um ministério ou de um outro sector para engrossar essa verba, mas pedia um bocado de esforço interno do Ministério da Educação, no sentido de reequacionar isso. Porque isso é um dos alicerces essenciais e incontornáveis para programarmos os jogos da CPLP. Fora disso não há hipótese!

Queria agradecer ao Sr. Ministro das Finanças, relativamente às preocupações que tínhamos na área social que foram devidamente alojadas neste OGE.

Queria fazer uma correcção curta, não é relevante: temos aqui nesta última versão do Programa de Investimentos Públicos, «apoio ao Conselho Nacional da Juventude», em vez de estar «Conselho Nacional da Juventude», está «Centro Nacional da Juventude». Isso não existe.

É o que me cabe dizer Sra. Presidente.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves): — Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança para uma intervenção.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, caras e caros Deputados: Nesta primeira intervenção sobre o sector social, gostaria de reforçar a intervenção do meu antecessor, o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, porque neste país a cultura é vista como algo de subsidiário e não temos a noção de como é que o País se pode promover através deste sector.

Falou-se aqui do arquivo histórico, quem investiga, as pessoas que frequentam este edifício apercebem-se das grandes dificuldades porque passam o sector, porque na sua investigação notam que essas dificuldades assumem um valor muito impeditivo do produto da investigação que a pessoa espera. Como tenho esse sector como algo habitual, apercebo-me disso.

Vi no código 2497 do Orçamento «alargamento e apetrecho do arquivo histórico», não sei como é que o Governo encarou esse alargamento e apetrecho. Gostaria de dizer ao Governo que, na minha opinião, esse alargamento e, sobretudo, o apetrecho do arquivo histórico devia consistir, antes de mais, ou em complemento daquilo que o próprio Governo concebeu, no fornecimento de equipamentos informáticos para dar continuidade ao processo de digitalização que ocorre no sector. Isto é fundamental e não sei se está concebido nas intenções do Governo.

Em relação ao subsídio de risco aos técnicos que ali trabalham, mexer naqueles materiais, alguns dos quais têm 200, 300 anos pressupõe um risco e é preciso cobri-lo, através de um subsídio para as horas extraordinárias, para preservar a saúde das pessoas porque no arquivo trabalha-se para além do tempo normal.

«A Reabilitação e pintura do edifício», falo sobretudo porque temos uma falha muito grande, não temos a recolha dos espólios bibliográficos das peças de artes sacras e o sector não dispõe de nenhuma viatura e é preciso recolher esse material. Estamos a perder muita coisa do passado. Antes fui funcionário do sector da dinamização cultural durante um ano e qualquer coisa. Fazíamos muitas actividades em termos da dinamização cultural. O sector da cultura saía da capital e dirigia-se para o interior do País, recolhendo material bibliográfico, peças de artes e outras coisas, para além da produção do cinema e da transmissão de filmes, de maneira que não sei se isso continua no pensamento do Ministério da Educação. Além do sector do arquivo histórico, temos que pensar na formação de todos os sectores da área da cultura. Somos um país de uma cultura variada, que recebeu gentes de todo o lado, culturas e civilizações diferentes e deveríamos promover a nossa cultura, porque ela é múltipla e multicultural, mas não tiramos proveito disso.

Outro aspecto é a questão musical. No período colonial a música de São Tomé e Príncipe estava bem cotada e posso mesmo dizer que estava a um nível muito superior de alguns países dos PALOP. Mas hoje estamos sem dúvida no último lugar, não só na música como na literatura. Estamos a cair no fundo, é preciso termos consciência disso e encontrar formas de apoiar os artistas, os cantores, os escritores e a cultura em geral.

Neste aspecto, ainda ontem falei com o Sr. Ministro da Educação sobre esse aspecto, pode ter sido um lapso, o facto de pela primeira vez, não vir no orçamento da Educação o subsídio à União Nacional de Escritores e Artistas São-tomenses. Mas espero que isso seja ratificado, tal como disse ontem, porque seria quase um desaforo à cultura nacional acabar com esse subsídio, que graças ao qual o sector tem subsistido e feito algumas manifestações públicas.

É isso que queria dizer e agradeço a atenção dos que me ouviram.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves): — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, caras e caros Deputados: Tomo a palavra para falar de dois sectores, nomeadamente a Saúde e a Educação.

Em relação ao sector da Saúde, não temos cá o Ministro da Saúde, mas venho colocar uma questão para esclarecimento e seguidamente fazer uma proposta, já que estamos na discussão na especialidade.

Vejo aqui na área da saúde em todos os distritos, com excepção da Região Autónoma do Príncipe, incluindo também o Centro Nacional de Endemias, valores que dificilmente consigo compreender que critério o Ministério utilizou para alocações em diferentes áreas da saúde. Falo do item «material de consumo e secretaria», está no código 0599, vou fazer uma exposição geral de todas as áreas de saúde, para que a minha proposta quando for feita possa haver a compreensão dos Srs. Deputados.

Em relação ao Distrito de Água-Grande, o programado para ano 2014, temos uma verba de Dbs. 15.750.000,00; Mé-Zóchi Dbs. 16.377.400,00; Cantagalo Dbs. 7.490.000,00; Lobata Dbs. 17.391.000,00; Lembá Dbs. 2.745.000,00; Caué Dbs. 15.295.000,00; e, por último, o Centro Nacional de Endemias Dbs. 30.133.315,00. A minha dúvida é: que critérios o Governo utilizou para alocação dessas verbas nesta rubrica?

Se notarem, temos dois distritos que rapidamente peguei na densidade populacional, faço uma comparação muito rápida entre Caué e Lembá. Em Lembá temos uma população de cerca de 16 000 habitantes e Caué, pelos dados que tenho aqui, está por volta de 6000 e pouco; se verificarmos a diferença entre Lembá, Lobata e Cantagalo está à volta de 1000 a 2000 habitantes.

Murmúrios.

Estou a informar com base nos dados estatísticos anteriores, porque estou a ver Deputados a reagirem. Sei que Lobata está a crescer e, pelas informações que tenho, está à volta de 20 000 habitantes, por isso não compreendo, como é que Lembá que tem mais de dobro da população tem cá uma verba de 2 milhões nesta rubrica e Caué tem 15 milhões? Pegando em Lobata, em termos de população, não há assim grande diferença, em função dos últimos resultados.

Aproveito, já que estou no uso da palavra, para fazer uma contraproposta, ou uma proposta de alteração para ajustar este quadro. Confesso, Srs. Deputados, o que me anima a colocar essa questão, não é por ser Deputado eleito do Distrito de Lembá, é o facto de saber que critérios foram utilizados para que efectivamente haja justiça a nível nacional. Depois poderei fornecer ao Governo o mapa da minha proposta e a Mesa da Assembleia.

Qual é a minha proposta? Tendo sido programado para Água-Grande Dbs. 15.750.000,00, faço uma proposta de redução de Dbs. 1.750.000,00, quer dizer que passaria a ter Dbs. 14.000.000,00. Não sei se os Srs. Deputados têm esse quadro.

Murmúrios gerais.

Estamos na página 46 de 56 «Programa de Investimentos Públicos...»

Protestos gerais.

Não! Não desculpem, estou a falar do mapa do OGE «Resumo das despesas», página 44 de 56.

Como eu dizia, o programado para 2014 para Água-Grande está Dbs. 15.750.000,00, estou a propor uma dedução de Dbs. 1.750.000,00; Mé-Zóchi tem nessa rubrica Dbs. 16.367.000,00, estou a propor uma dedução de Dbs. 2.000.000,00; Cantagalo mantém o valor, por enquanto; Lobata tem Dbs. 17.391.000,00, estou a propor uma dedução de Dbs. 2.000.000,00; Caué tem Dbs. 15.295.000,00, estou a propor uma dedução de Dbs. 1.295.000,00; e, por último...

Murmúrios gerais.

Sra. Presidente, não sei se posso falar?!

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves): — Se faz favor Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — ... temos o Centro Nacional de Endemias, com Dbs. 30.136.000,00, estou a propor uma dedução de Dbs. 3.136.000,00. Depois os Srs. Deputados poderão refutar essa proposta. Do remanescente temos um total de Dbs. 10.181.000,00...

Vozes: — 10 milhões?

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sim, 10 000 milhões. Portanto, do remanescente estamos a propor 3 000 milhões, para a área de saúde de Cantagalo, que vai crescer, ou seja, sai de Dbs. 7.490 para Dbs. 10.490 e para a área de saúde de Lembá, dos 10 milhões tirámos 3, restam 6 600 e tal milhões, saindo de Dbs. 2.000.000,00 para Dbs. 9.427.000,00.

É esta a proposta, depois farei chegar ao Governo.

Murmúrios gerais.

A proposta é minha e penso que os Srs. Deputados poderão pronunciar-se sobre ela, sobretudo temos cá o Governo. Mas o que me vai convencer é de facto o critério. Se estivermos a ver para todo o País, não é possível um distrito que tem o número maior de habitantes ter 2 milhões e outros com menor número 15 milhões. Então qual é o cálculo que se fez? Quer dizer, é uma questão de justiça, não porque é distrito *a*, *b* ou *c*.

É apenas isso, esta é a minha proposta e engaja-me a mim.

No sector da Educação, uma vez mais tenho aqui o código 4983, «construção de escola básica de Mãe Clara», em Lembá, Sr. Ministro, não sei se aqui é «construção» ou «reabilitação», porque a escola já existe. Mas aqui no Orçamento vem «construção», com um valor de cerca de 4000 milhões. Então gostaria de saber se é construção ou não, porque sei que essa escola foi feita cerca de dois anos e pouco e uma parte da escola desabou.

Indo outra vez a questão que coloquei ontem em relação ao comando de Caué, há mais uma verba para construção, penso que é «reabilitação», qual é a responsabilidade que se vai chamar a empresa que construiu essa escola há cerca de dois anos? O Estado gastou dinheiro e em menos de dois anos uma parte da escola desabou e agora o Estado está a planificar mais 4000 milhões para a sua construção e não se chama responsabilidade a ninguém. Esse é o problema, o Estado não pode estar só a gastar dinheiro, quem são os construtores e onde é que está a equipa de fiscalização?

É esse o esclarecimento que gostava de ter em relação a esse Ministério e também felicitar o Governo pela questão da formação de professores, com verba contemplada neste OGE. Tinha levantado essa preocupação porque sei que no ensino básico, há cerca de um ano, havia muitos professores que não eram formados e o nível era baixo. Hoje, quero felicitar, vejo isso, sobretudo nos Distritos de Lembá e Lobata, onde os professores que ouviram esse apelo matricularam-se e estão a aumentar o seu nível académico para terem uma formação de base para dar aulas.

Para aqueles que ainda não entraram, ou não se matricularam, na base daquilo que é a política do Governo, na rubrica 5377 que é a questão da bolsa interna, espero que esses professores possam matricular e aumentar o seu nível académico porque a formação e a educação são valores de qualquer sociedade.

São essas as minhas questões e espero a reacção do Governo.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves): — Sras. e Srs. Deputados, já temos sobre a Mesa duas propostas de alteração, a primeira feita pelo Sr. Deputado José Viegas, no sentido de se proceder à alteração das percentagens do apoio institucional para beneficiar a Direcção da Cultura e agora a proposta do Sr. Deputado Arlindo Barbosa, para se proceder à alteração nas áreas de saúde. Gostaria que os Srs. Deputados depois se pronunciassem sobre isso porque submeteremos, posteriormente, à votação, no sentido de saber se as aprovamos ou não.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos, para uma intervenção.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: A minha preocupação vai direccionada ao Ministério da Educação, porque aquando da última greve que os professores fizeram o Governo comprometeu-se em duplicar o pagamento das horas de sábado e aumentar em cerca de 15% o salário de base, distribuídos em 10% no ano 2013 e 5% aquando da aprovação do Orçamento para 2014, se não estou em erro.

Mas da informação que disponho o Governo não cumpriu de facto este compromisso, não pagou os 10% sobre o salário de base e manteve as oito horas de sábado que se vinha praticando sem a tal duplicação.

A minha preocupação é se de facto o Governo vai cumprir esse compromisso e como é que vai fazê-lo, uma vez que não vejo, no exercício que estamos a fazer para 2014, nenhuma verba atinente para proceder ao pagamento desse retroactivo. Apenas vejo o pagamento para os 12 meses do ano 2014.

Portanto, espero da parte do Ministro da Educação saber como é que o Governo pensa honrar esse compromisso.

Uma segunda questão tem a ver com as aulas do curso nocturno. Segundo informações, os professores trabalharam desde o início das aulas e não foram pagos. É verdade que as horas extraordinárias são pagas em Novembro, Dezembro e estava toda a gente na expectativa de receber esse valor, mas não o receberam. Algumas escolas suspenderam o conselho de notas, logo os alunos estão à espera das suas notas e nesse momento não as têm; saber mais uma vez o quê que se passa, já arrancamos o segundo período, se as aulas vão começar ou se os alunos vão estar à espera. O quê que vai acontecer?

Uma terceira questão é saber o que se passa com a gestão do valor proveniente do pagamento de propina dos alunos do curso nocturno. Há informação a pairar, mas gostaria de ouvir de si, Sr. Ministro, não em jeito de especulação, o quê que se passa com esse valor, como é que está a ser gerido e por quem?

Aplausos do Sr. Deputado Levy Nazaré.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves): — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro das Finanças, o senhor está a representar o Sr. Primeiro-Ministro neste debate e gostaria de, em primeiro lugar, estar de acordo com a proposta do Sr. Deputado Arlindo Barbosa. Penso que, provavelmente, o facto de ter feito referência a densidade populacional pode ter subtraído a relevância dessa proposta. A questão põe de facto em termos do funcionamento dessas instituições e elas precisam, qualquer dessas representações, de meios para funcionarem razoavelmente.

Daí que de facto esse valor de dois milhões é extremamente reduzido para esse distrito, em comparação com aquilo que está estipulado para os outros distritos. Portanto, esse exercício deve ser feito e é nessa perspectiva que tem muita importância esta intervenção.

Sr. Ministro das Finanças, percebo que há muitas dificuldades em atender todas as solicitações, tivemos greves na saúde e na educação, há compromissos assumidos, sei que o aumento da massa salarial tem a ver com o cumprimento de alguns desses compromissos, mas o que queria solicitar ao Sr. Ministro é se há de facto, para além da massa salarial, alguma coisa mais que dê resposta aos compromissos assumidos com os agentes da saúde e com os professores?

Última questão, o Sr. Primeiro-Ministro na apresentação do OGE falou-nos de investimentos, que parecem ser bastantes em termos de meios, para a importação de medicamentos e de reagentes. Gostaria de saber ainda hoje e aqui se os meios disponibilizados neste OGE e os já disponibilizados garantem o efectivo abastecimento do hospital com medicamentos e reagentes que são extremamente indispensáveis? Nisto, gostaria de pedir encarecidamente que haja um controlo cerrado sobre os medicamentos e reagentes que chegam ao País.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves): — Tem a palavra o Sr. Deputado Herodes Rompão~, para uma intervenção.

O Sr. **Herodes Rompão** (PCD): — Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, distintas e distintos Srs. Deputados: Tomo a palavra para abordar dois aspectos.

Começaria com a primeira questão, abordada pelo meu antecessor que tem a ver com o financiamento de malária. Portanto, estou a abordar o aspecto ligado ao Ministério da Saúde e Assuntos Sociais. Acho que durante vários anos temos vindo a fazer alguma confusão no que tange a essa verba. Penso que houve um lapso aqui em termos da fonte de financiamento, que devia ser o Fundo Global e não como está cá, PNUD. O PNUD é o gestor financeiro.

O Sr. Deputado Arlindo Barbosa levantou uma questão, trago também porque temos tido de facto grandes dificuldades com a submissão das propostas da malária, do HIV-SIDA, tuberculose e outras. Se repararem no OGE não existe, infelizmente, uma rubrica específica do Governo destinada ao combate às grandes endemias. Portanto, tem sido uma ginástica muito grande para tentarmos convencer os doadores. É preciso que de facto esteja expresso neste Orçamento. Vamos submeter uma nova regra em 2014, não sei como encontrar a forma de realocar a verba, mas que fique bem expresso no Orçamento, vamos alocar uma verba específica para questões de urgência.

Por exemplo, há dias tivemos uma situação de epidemia em Lembá e o Programa não tinha como dar uma mão a esse distrito, porque não existe uma verba específica alocada para o efeito. Temos que recorrer *n* vezes aos parceiros, muitas vezes numa perspectiva de ser muito humilde. Acho que, mesmo pouco, é bom que esteja aqui expresso. Essa verba do Fundo Global que faço aqui menção foi uma verba mobilizada em 2007 e 2008, na altura submeteram duas propostas.

A primeira fase dessa verba já foi executada, e agora estamos na segunda fase. É só para terem uma ideia. É uma verba que não é directamente gerida pelo Centro Nacional de Endemias. O gestor financeiro é o PNUD. É uma verba para custear todas as despesas ligadas ao programa, cujos parceiros gestores, os sub-beneficiários, como o caso da Zatona-Adil que trata as casas, a Cruz Vermelha, portanto, isto não é assim como se pensa.

Discutimos a segunda fase da proposta até a assinatura do acordo, portanto, leva em média 6 a 7 meses. Para não estarem aqui muito alegres, porque têm aqui muito dinheiro e vão conseguir implementar. É a epidemia que começa a ressurgir. Portanto, não é fácil conseguir essa verba, para submeter uma proposta não é fácil. Há dias, no mês transacto e no ano passado havia um monte de perseguições relativamente a motorizadas que alguns dirigentes viram chegar. São cerca de 112 e cada um estava animado pensando que isso caiu do céu. Quando se estiver a fazer uma proposta ao Fundo Global, deve-se dizer exactamente o destino. Quando vem a organização supervisionar para saber se o que foi atribuído está a ser realmente implementado, ele terá que ver tudo isso em função daquilo que foi submetido.

Portanto, para se desviar isso para *a* ou *b*, tem que haver fundamentos. A única verba que podemos dizer que é muito mais directa é o caso do nosso parceiro bilateral. Aí a coisa é muito mais prática. O Fundo Global é um parceiro multilateral e a burocracia é extremamente pesada. Portanto, aí o Deputado Arlindo, relativamente aos 30 milhões não tem como reduzir.

Venho aqui para propor que o Governo encontre uma forma de alocar uma verba específica para comprar os medicamentos para o combate à malária, para que tenhamos a maior força para submetermos a proposta. Muitas das vezes só devido isso condiciona a submissão da proposta. Para pessoas que têm experiência nisso, sabem que estou a falar português e não chinês. Portanto, isso é complicado!

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves): — Tem a palavra o Sr. Deputado Adlander Matos.

O Sr. **Adlander Matos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Ministro das Finanças, caros Deputados e Deputadas: A minha intervenção na especialidade versa sobre dois Ministérios. O Ministério da Juventude e Ministério da Saúde. No Ministério da Juventude, o que eu vejo inscrito no Orçamento no código 3664 «Política de formação de quadro», gostaria, Sr. Ministro, de obter mais explicações sobre este registo, porque de facto há necessidade de começarmos a trabalhar na política da formação do quadro, porque não existe. No Ministério da Educação, já se começou a fazer um trabalho à

volta disso, vejo isso agora no Ministério da Juventude e Desporto e gostaria efectivamente que o Sr. Ministro me explicasse, se essa verba é para formar quadros do Ministério da Juventude ou a verba indicada é para elaborar a política da formação do quadro ao nível do País.

Por outro lado, gostaria de felicitar o Governo, porque vejo aí inscrito no Orçamento «Projecto de Inclusão Digital», Internet para todos. Gostaria, Sr. Ministro da Juventude, que pudesse explicar com maior detalhe, como é que o Governo pensa levar essa Internet para todos. Há uma verba de aproximadamente 1000 milhões, gostaria de saber até que ponto os distritos, como o distrito de Caué e Lembá, os distritos mais longínquos serão beneficiados, porque hoje a Internet deixou de ser um luxo. A Internet constitui uma necessidade de informação, de comunicação, daí que se o Governo pretendeu inscrever isso no Orçamento, gostaria que me explicasse para que os jovens e as pessoas que puderem beneficiar da Internet pudessem entender como é que o seu distrito, a sua localidade, poderá beneficiar disso.

Noutro ponto, ainda no capítulo do Ministério da Juventude e Desporto, na rubrica 5322 «Apoio a CNJ». Já foi feito aí referência pelo Sr. Deputado José Viegas que estava lá Centro Nacional de Juventude, mas não é Conselho Nacional da Juventude. Gostaria de felicitar ao Governo, porque segundo o trabalho que fiz com CNJ, é a primeira vez que um Governo, depois do ressurgimento da CNJ, coloca verba à disposição do Conselho.

No entanto, entendo que é pouco. São 100 milhões, e quando nós dizemos que a juventude constitui a maioria da população, um Conselho que congrega todas as associações juvenis do País com 100 milhões quando eu sei que a instalação da CNJ está numa situação precária. Eles precisam de apetrechar o espaço, daí se houver possibilidade no momento de reafectações, puder afectar mais alguma verba ao CNJ.

Passando ao Ministério da Saúde, não temos cá o Ministro da Saúde para falar da Saúde, gostaria de falar especificamente de Cantagalo. Já se passaram seis orçamentos nesta augusta Assembleia ou mais, e que está inscrito uma verba de 7000 milhões e meio para a conclusão das obras do Centro de Saúde de Cantagalo. A verdade é que em momento nenhum se acrescentou mais um bloco para a conclusão desse centro.

Vejo de novo inscrito na rubrica 1060 verba de 7 500 000 milhões para a conclusão dessa obra. Mas só que dessa vez vem conclusão do Centro de Saúde de Cantagalo/Água Izé. Fiquei agora com dúvida, é Água Izé ou é conclusão daquele centro. Porque efectivamente há necessidade de uma vez por todas, nem que seja de forma faseada concluir esse centro que o Estado já investiu milhares e milhares de dobras.

Não está associado àquele centro a Estrada Nacional n.º 2? É um troço de aproximadamente 200 metros. E isso não está no Orçamento, gostaria de ver no momento de realocação, no capítulo de reabilitação de construções de pequenos troços de estradas, verbas para que efectivamente se possa concluir aquele centro.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves): — Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, tomo palavra para falar sobre a Saúde e também sobre a Educação. Não está cá o Sr. Primeiro-Ministro, mas está o seu elenco. No ano passado congratulámos com a proposta do OGE que fora apresentada aí. Mas se fizermos o balanço de actividades, sabemos que a taxa de execução ficou aquém.

Entendemos que com o problema da crise mundial tem influenciado, mas achamos que o Governo deve dar continuidade ao programa que elaborou, vendo alguns aspectos que são bons para o País e o valor de determinadas actividades. Falo isso, porque me parece que não há sequência. No orçamento passado, tínhamos para o Ministério da Saúde a reabilitação de algumas infra-estruturas, que sabemos que não é de grande valor, mas essas obras não foram feitas, e no Orçamento deste ano nada consta.

Gostaria de saber do Governo, porque no ano passado tínhamos reabilitação para o posto de Micoló, e nada foi feito, e neste ano nada consta no Orçamento. Tínhamos reabilitação para o posto de Bombom e as últimas informações que tive também não foi reabilitado e não consta neste Orçamento.

Tínhamos reabilitação de edificios para fixação de técnicos nos distritos longínquos, Lembá e Caué e neste Orçamento também não consta. Gostaria de ouvir se nas rubricas dos projectos, se essa reabilitação dos postos que referi, irão ser contemplados. Por outro lado aí já se falou de medicamentos, eu não quero mais ouvir através de nenhum membro do Governo, sobretudo do Sr. Primeiro-Ministro, embora ausente, que prioridade é Saúde.

Inúmeras vezes, mas vivemos na situação que vivemos. Um ano sem medicamentos. A situação não estava bem, mas é bom dizer que a situação até agora continua péssima.

Aplausos do ADI.

Temos que dizer. Eu sou técnica e o que queremos é o bem-estar para o País e temos que continuar a trabalhar, mas temos que fazer. Não estou a fazer oposição! Estou a falar da nossa realidade e todos reconhecemos. Portanto, é isso.

Alguém aqui já falou de critérios de alocação de recursos para distintos serviços e áreas de saúde. O meu colega Arlindo Barbosa falou, mas desconhecemos em que critérios se baseiam para alocar os recursos. Mas têm que explicar, se é por densidade populacional ou se atiram apenas o valor consoante o gosto deste ou aquele Ministro.

Pego no Orçamento deste ano, vejo na página 44 de 56, embora com um valor ínfimo, passo a citar, de 2 144 milhões, eu sei que não dá para nada, mas não consta este mesmo valor para toda outras áreas de saúde. Vigilância epidemiológica é feita em todos os distritos sanitários diariamente.

Até no distrito de Mé-Zóchi tivemos um valor ínfimo e noutros distritos não temos. Não obstante à Direcção dos Cuidados de Saúde ter lá um valor, mas é uma actividade que se faz diariamente em termos de patologias, temos que receber informações e avançarmos para o Ministério de Saúde. Portanto, se colocam no Distrito de Mé-Zóchi, têm que colocar também ao em todos os distritos ou então retirá-la no distrito de Mé-Zóchi. Essa é a proposta que faço.

Por outro lado, não sabemos como é que um distrito sanitário funciona com esta verba, por isso eu havia falado em critérios de distribuição de recursos: 8, 3 ou 2 milhões durante um ano. E dizem que Saúde é prioridade das prioridades.

Temos nas Grandes Opções do Plano, implementação de formação de especialização de técnicos de saúde. Todos nós conhecemos, vivemos a situação, há problemas sérios, pessoas com patologias diversas. Temos os parceiros que vêm nos apoiar de quando em vez para resolverem os problemas, temos carências, mas não vejo cabimento orçamental para especialização das pessoas.

Que indiquem onde e em que página está o cabimento orçamental para especialização dos técnicos em ortopedia, otorrinolaringologia, oftalmologia e orologia. Sabemos que patologias ligadas a essas especialidades são muito frequentes. Não temos especialistas nessa matéria. Temos que esperar, só temos um médico cubano, caso ele saia, temos que esperar ou evacuar doentes de forma emergente, porque não temos especialistas. E não se programa nada, para que os técnicos possam sair este ano, porque não podemos ficar todo tempo à espera dos parceiros. Não podemos estar sempre à espera dos parceiros. Portanto, gostaríamos de ver uma verba atribuída para especialização dos técnicos nestes ramos.

Para Educação, ontem ouvi um colega meu falar sobre os transportes. Sabemos que o transporte é um fardo para Ministério de Educação, achamos que não deveria estar no Ministério de Educação, mas tendo verba alocada para compra de meios de transportes, talvez transportes escolar, gostaríamos que a distribuição desses transportes fosse de forma equitativa.

Falo isso, porque existem estudantes que estão neste momento a passar muito mal. Concretamente, falo de Lobata porque estudantes saem de dependências longínquas para chegarem a Guadalupe e depois para Cidade Capital, perfazendo 12 km. Há estudantes que neste momento fazem isso a pé, no entanto, uns têm meios de transportes e outros não.

Os pais que têm recursos gastam 30.000,00 dobras diariamente. Portanto, acho que quando conseguirem comprar as viaturas, que o critério de distribuição para os distritos todos devem ser em função dos números de alunos, para evitar essa situação. Sabemos que é um fardo, ou devemos exigir um pouco mais dos pais a quotização, mas de forma criteriosa devem fazer a sua distribuição.

Vi a construção de novo, ou não estão a ler o documento. No ano passado fiz a referência, sobre a construção de jardim de infância Lobata/Alto Douro. Em Lobata não tem Alto Douro. No ano passado falámos disto aqui e mencionámos também que o Distrito de Lobata precisa de jardim-de-infância.

Nós temos as três vilas e nenhuma delas tem jardim-de-infância. Mas sabemos que é prioridade. Falamos aqui que crianças saem de Micoló até Fernão Dias, e maioria delas não vão ao jardim. Porquê? Portanto, acho que actualmente os ministros devem sair para o terreno e não devem esperar pelos seus assessores, para que na realidade possam depois decidir as prioridades das prioridades.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves): — Tem a palavra o Sr. Deputado Ayres Major.

O Sr. **Ayres Major** (MDFM/PL): — Sra. Presidente, de qualquer forma as três áreas merecem alguma consideração. Iria começar pela área de Saúde, tecendo algumas observações.

Sr. Ministro das Finanças, em substituição do Sr. Primeiro-Ministro, é urgente que se faça uma vedação no Hospital Dr. Ayres Menezes, com redes, com arames ou qualquer coisa, para evitar a entrada de cães, porcos ou gatos. Já falei disto outras vezes e é urgente! É também urgente, Sr. Ministro das Infra-estruturas, eu sei que muito se está a fazer, há muitas obras que foram lançadas, mas por favor ainda que se tenha que retirar verbas ou que suspenda mesmo uma estrada ou outra que foi lançada, mas o pavimento do hospital é urgente. É um espaço de todos nós. Mulheres grávidas a serem transportadas na maca naquela estrada péssima, aquilo é um martírio.

Quería apelar a vossa consciência, senhor por favor apresente a 2.^a Comissão, para que tenha atenção a isso. Há que se estabelecer a prioridade das prioridades! Ao nível da Juventude, o Sr. Ministro da Juventude, Srs. Membro do Governo, gostaria que de facto dessa vez o Estádio da Trindade fosse a frente. O Campo de futebol de Trindade foi retirado há algum tempo para cá, já muitas vezes o povo da Trindade foi enganado, inscreve-se e não se faz, e de uma vez por todas estando inscrita que se faça ou então se retira e o povo fica a saber que não se vai fazer. Para não ser mais um Governo a mentir aquele povo.

Ao nível do Ministério de Educação, já se falou muito sobre a cultura, mas é verdade, temos que assumir que a Cultura é um parente pobre da Educação. Se de facto no Ministério de Educação não há condição de suportar a Cultura, que seja afastada para outro Ministério. O Sr. Ministro da Educação sabe, temos encontrado várias vezes, mas por favor, pelo menos trata a Cultura como enteado, porque não é filho de ninguém. Está péssimo!

Também gostaria de chamar atenção aos membros do Governo, ao Sr. Ministro das Finanças e aos Srs. Deputados, porque tem sido prático aqui em São Tomé, todos os anos gastam-se dinheiro com construção de palco para diversas actividades do Estado. Porque não de uma vez por toda, ou neste Orçamento senão que pensem para o próximo orçamento comprar um palco bom, móvel, com equipamento de som e de luz para se usar durante vários meses e vários anos.

Porque todos os anos, um bocado, o que se gasta em dois anos dá perfeitamente para se comprar. O Orçamento existe, já foi entregue em alguns ministérios, por favor os senhores pensem nisso, para evitar de estarem a gastar dinheiro todos os anos com a mesma coisa. Acho que ao nível da Educação também devo agradecer ao Sr. Ministro pelo facto de ter inscrito a verba para o tecto do Museu Nacional, por favor, se for para não fazer, retire!

Todos os anos vem inscrito e não se faz. É o único Museu no País, meus senhores! De uma vez por todas vamos assumir. Ao nível do transporte escolar também muito já se falou, Sr. Ministro de Educação, Srs. Membros do Governo, houve uma proposta, salvo erro, com o governo anterior e não se conseguiu concretizar, mas gostaria que este Governo pensasse nisto.

É criar o transporte público de uma vez por todas e anexar o transporte escolar ao transporte público. E o Estado subvenciona. Sai-lhe mais barato do que estar a pagar pneus toda hora, combustível toda hora, mais os desvios e roubos que acontecem, enfim, nem vale a pena estar aqui a anunciar essas coisas. É tudo, obrigado.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves): — Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, ao usar da palavra neste exercício sobre a discussão do OGE e as Grandes Opções do Plano, pela primeira vez, gostaria também de cumprimentar as Sras. e Srs. Deputados, aos distintos membros do Governo e ao nosso povo, augurando votos de que 2014 seja um ano de muitas bênçãos para o nosso país e para cada um dos são-tomenses.

Gostaria de saudar o Governo por estar atento e sensível a algumas questões que registo com apreço, questões que fazem parte um pouco das nossas preocupações. Queria saudar ao nível da Educação, o apoio a pessoas deficientes. Temos estado de forma recorrente a falar disto e vejo que vem hoje expresso no Orçamento no código 3804 esta questão.

A problemática dos meninos da rua é muito séria. E tendo em conta o recrudescer da pobreza, o número de meninos abandonados vem aumentado. Essa questão foi também tida em conta pelo Governo, registo com apreço. Igualmente a questão dos grupos mais carenciados, ouvi que o Governo introduziu neste Orçamento uma atenção aos grupos mais vulneráveis. O apoio às crianças de mãe feirantes. É muito bom saber que poderemos este ano ter uma perspectiva mais alargada sobre as crianças que estão fora do circuito escolar, e que possamos efectivamente atender as crianças daquelas mães que labutam para ganhar um pão nosso de cada dia.

Quanto à atenção aos idosos e uma rede de solidariedade que também vem expressa nesse Orçamento, espero Sras. e Srs. Ministros que esses programas que aqui estão inscritos vejam luz efectivamente. Venho aqui para falar de algo que para nós é muito querido, que tem a ver com uma figura muito importante para São Tomé e Príncipe, a Sra. Dona Alda de Espírito Santo, nossa mãe, mãe da pátria, às vezes, só nos lembramos dela no dia em que faz anos ou no dia em que morreu.

Penso que, Sr. Ministro da Cultura, neste Orçamento, não deveríamos desperdiçar essa oportunidade para poder requalificar essa praça. Ela continua ainda com a tabuleta em madeira, torta e com muita areia. Portanto, acho que quando falamos de uma pessoa como Alda de Espírito Santo que teve o papel que teve, que nos é comuns a todos, não há cor partidária sobre está matéria, acho que deveríamos dar uma maior atenção a este espaço e poderemos requalificar um pouco esta praça.

Estaria a propor aqui um pequeno rearranjo para ajudar o Sr. Ministro já que o dinheiro é pouco. Quando se fala de dinheiro é sempre pouco. O dinheiro nunca chega. Retirar da verba do lar dos estudantes que acho que é algo que vai começar, temos um exercício todo, acho que devemos lançar obra, mas pelo valor que já está nessa rubrica, convidado os Srs. Deputados a verem 3821 do lar dos estudantes, e tirar pelo menos 200 milhões para poderem requalificar esse espaço.

Uma outra questão que pode levar São Tomé e Príncipe ao patamar muito alto, e às vezes nos desperdiçamos os nossos produtos, o que natureza pôs à nossa disposição e tem a ver com o capital humano e a beleza são-tomense, e nós temos deixado o nosso crédito em mãos alheias. Estou a falar do concurso «Miss São Tomé e Príncipe». Já que São Tomé, também hoje, é um dos destinos turísticos, é hora de potenciarmos as nossas belezas, mas isso tem que ser apropriado pelo Estado. Acho que não deve ser um grupo de pessoas de boa vontade com muito sacrifício, é preciso que possamos estabelecer canais

com o concurso Miss regional ou sub-regional, criar a nível da cultura uma comissão ou um comité de Miss nacional, integrando, portanto, autarcas ou pessoas de poder local ou regional para atender a esta questão.

Acho que devíamos encontrar uma verba residual de 100 milhões de dobras para começar a organizar este processo e não deixar que as coisas possam acontecer como têm acontecido. São Tomé e Príncipe tem um grande capital e é reconhecido pelas pessoas que visitam o nosso país. Dizem que as são-tomenses são belas, mas é preciso saber onde é que elas estão, prepará-las, e nós vimos no concurso Miss Universo, a Venezuela é o país que prepara as raparigas, as jovens, desde que nascem, para ganhar o concurso de Miss. Portanto, é este o trabalho que devemos fazer e devemos nos preocupar com estas questões que parecem que não têm importância, mas poderão dar grande visibilidade ao nosso país.

Penso também, Sr. Ministro, que faz parte hoje do nosso discurso político a questão da quebra de valores: valores éticos, valores morais, valores sociais e que há uma confusão muito grande entre a instrução e a educação. Gostaria de ver aqui no Programa, espero estar enganada, um pequeno programa sobre a valorização de princípios éticos, culturais, patrióticos e que isso pudesse fazer parte dos Curricula, de forma incisiva.

A partir da 5.^a classe podemos começar a preparar as crianças sobre alguns valores éticos, como respeitar os idosos, respeitar as senhoras, enfim, há uma série de princípios e começamos a passar ao lado desses princípios e depois é assim, toda a sociedade, nós podemos até ser muito bem instruídos, mas sermos mal-educados. Isso, às vezes, acontece. Sermos doutores e não termos chá de berço. Uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa, e daí que é preciso começar um pouco a trabalhar na educação dos nossos compatriotas, e eu aí proporia ao Sr. Ministro que alocássemos para este programa concreto uma verba que poderia sair das olimpíadas de matemática, que tem valor aceitável e colocar aqui um valor que o Sr. Ministro achar, na medida em que eu não vou dizer quanto poderá custar este programa ou a inserção deste programa nos Curricula, mas na rubrica 4950 poderíamos tirar de lá um valor residual para este programa de formação.

Outra questão, que me preocupa, tem a ver com o manancial académico que este país regista. Hoje não podemos dizer que São Tomé e Príncipe seja um País de pessoas incultas ou de gente não formada. Desde 1975 que estamos a formar quadros. De 2002 a 2007/2008, acho que formámos entre 400 e 500 quadros com formação superior e não falando de formação técnico-profissional. Gostaria que o Sr. Ministro pudesse criar um observatório e registar as estatísticas de quantos estudantes efectivamente formados temos neste país e a partir daí poder definir as necessidades de formação do País.

O que é que o País necessita formar agora? Por exemplo, ao nível de saúde temos médicos, mas faltarão instrumentistas, faltarão anestesistas, faltarão outras valências, mas era preciso saber efectivamente quantas pessoas formadas na área de saúde existem e que especialidades precisamos para continuar a formar pessoas. Isso faria com que pudéssemos orientar e reorientar os estabelecimentos nacionais nas vagas que eles vão abrir e reorientar as aspirações pessoais das pessoas quando têm que partir em vez de fazer Direito fazem outra coisa na área de Ciências Humanas e Ciências Sociais.

O Sr. Ministro da Saúde não está cá, mas o rei morreu, viva o rei, é a questão da violência doméstica. É uma questão que na sessão passada duas Deputadas vieram fazer um discurso veemente sobre esta questão, nós estamos a assistir, e hoje não podemos ficar com um ar calmo de que a coisa não existe, existe e está agudizar-se. A violência está a crescer de forma exponencial. Há homens provocadores, está aqui um deles!

Risos.

Então penso que para além de reequacionar este sector, acho que este sector não deveria estar nos Assuntos Sociais, tem a sua característica social, mas deveria estar no sector da Protecção Jurídica, que é o Ministério da Justiça. Estou a vender o meu peixe, enfim, penso que deveria estar no sector do Ministério da Justiça, mas eu estou preocupada é com a verba residual que está aqui. Quando falamos de violência doméstica não falamos só da mãe ou do pai, estou a falar de violência do homem e da mulher. Neste momento, sobretudo a nível da zona sul e da zona norte os homens estão a apanhar ...

Risos.

... e então estou a falar, sobretudo, das crianças vítimas de violência doméstica. Quando há desagregação familiar essas crianças sofrem e eu gostaria, mais uma vez, de saudar o Governo por essa iniciativa de acolhimento de meninos de rua, etc.

Daí que penso que esta verba deveria ser um pouco aumentada, está apenas 200 milhões, penso que deveríamos pôr um pouquinho mais para atender a questão deste flagelo.

Acho também que há um pequeno erro, talvez a repetição da verba do transporte escolar, porque vejo aí no Ministério da Educação duas vezes transporte escolar e depois Sr. Ministro saberá lidar com a questão. No código 5361 «Aquisição de meios rolantes» e no código 3792 «Aquisição de transporte escolar», não sei de que transporte escolar se trata e porque há essas duas rubricas gostaria que os Srs. Ministros se acertassem entre vós para retirar um pouquinho para atender a essa questão da violência doméstica.

Uma outra questão que me preocupa, apesar dos avanços registados, tem a ver com a questão de evacuação sanitária. É verdade que hoje com a parceria que temos com a «Saúde para todos», com os hospitais de Portugal, a Telemedicina, começamos a resolver os problemas de diagnóstico, mas a questão da evacuação é ainda bastante complicada e eu não vi, pelo menos, não me apercebi aqui no Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais de alguma verba que pudesse atender aos casos extremos que exigem a evacuação sanitária. Porque não é só evacuar os doentes. A evacuação sanitária tem outros contornos que é depois alimentar e atender os pacientes lá fora, segui-los até terminarem os seus cuidados médicos e regressar ao País. Isso às vezes causa uma pressão infernal aos nossos serviços consulares. Daí que nós temos que equacionar profundamente esta questão de evacuação sanitária.

Relativamente ao sector da Juventude, Sr. Ministro da Juventude, sabemos que a nossa população é uma população maioritariamente jovem, e se tivéssemos que aplicar as disposições das nossas Convenções, faríamos todo um orçamento virado ao segmento determinante, que é a juventude, mas isso não acontece, acontecerá, possivelmente, no futuro.

Acho que deveria haver alguma preocupação em termos de equipamentos para infra-estruturas desportivas e recreativas. Aqui no orçamento do Ministério da Juventude e Desporto, penso que ainda falta qualquer coisa. A meu ver, devíamos, pelo menos, na terra que não existe nada, pensar, talvez, num pavilhão gimnodesportivo ou num pólo desportivo nacional. Isso faz falta para a nossa juventude, não temos nada para, efectivamente, ocupar os nossos jovens. Aqui no Orçamento está a construção de mais alguns campos, estádios, falar de estádios é falar muito alto, ao nível só de Água Grande temos 7 ou 8 campos que precisam ser requalificados, falo apenas de mera requalificação desses campos já que temos os nossos torneios, as nossas federações, implicá-los nisso, os campos de Praia Cruz, de Almeirim, de Água Porca, de Riboque, etc., requalificá-los para atender a este desporto massivo, que é o futebol e outras modalidades.

Portanto, grosso modo, acho que é essa a minha contribuição em relação aos sectores da Saúde, Educação e Desporto, e muito obrigada pela vossa atenção.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves): — Existem ainda vários inscritos e já muitos Srs. Deputados fizeram o uso da palavra. Gostaria de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro se quer que continuemos a ouvir os Srs. Deputados ou se o Governo querará dar resposta às questões que já foram colocadas para depois continuarmos.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Gabriel Costa): — Sra. Presidente, faremos como soberanamente o Parlamento decidir, isto é, se entenderem que é hora de o Governo passar a dar respostas às questões que foram colocadas pelos ilustres Deputados, assim faremos, se não continuaremos a tomar boa nota e na hora devida faremos as nossas intervenções.

Uma Voz: — É melhor o Sr. Primeiro-Ministro dar as respostas.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves): — Sr. Primeiro-Ministro, temos ainda muitos inscritos e para evitar a acumulação de tantas questões, gostaríamos de passar a palavra ao Governo para dar respostas às questões que já foram colocadas e depois daremos continuidade ao debate.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sra. Presidente, Srs. Deputados, apesar de estar ausente no início dos debates sobre o que nos traz cá hoje, eu fui acompanhando as intervenções que tiveram lugar aqui, nomeadamente, as questões que incidiram sobre a questão da saúde e da educação. Queria, particularmente, referir-me à questão dos medicamentos. Começaria então por dizer aos Srs. Deputados que em Novembro do ano transacto, isto é, sensivelmente há dois meses, o Estado são-tomense, através do Governo disponibilizou uma verba de USD 600.000,00 dólares, para a importação de medicamentos.

Tivemos que recorrer ao Banco Central, mormente no que diz respeito às receitas provenientes de pagamento de seguros para poder importar de emergência, mais de USD 100.000,00 dólares de medicamentos urgentemente para o País. A seguir fizemos uma transferência de mais de 500 000 dólares para compra de medicamentos que, segundo o comité de crise que foi criado por mim face à situação difícil registada no sector, de forma que não faltasse medicamentos no País. Continuo a dizer que a nação fez esse esforço porque entendemos que é prioritário garantir-se medicamentos necessários para a população.

O que fizemos na altura, tendo em conta as carências, que são enormes, ao pedirmos que a verba fosse ao fundo de garantia, porque uma grande parte de acidentes que se registam no País, com traumatismos cranianos e outros, é responsável por uma subida vertiginosa de alguns consumíveis, como gessos, compressas, etc., o que tem, drasticamente, agravado o orçamento do sector.

É necessário que discutamos este problema desapaixonadamente. Meus senhores, o País não comporta, não tem capacidade financeira para continuar a sustentar a situação que se vive hoje e os gastos que temos. Dizia ontem, nas vésperas e durante a quadra festiva, que o avião teve que se deslocar ao Príncipe para trazer um doente e que isso custa cerca de 80 milhões de dobras. Se formos a ver os outros sectores todos vamos ver que o sistema de saúde, tal como ele funciona, tornou-se incontrolável para o OGE e estamos a discutir a lei de programação financeira.

Devo dizer aos Srs. Deputados que obtivemos os 500 000 dólares através do apoio de Taiwan, já tivemos 100000 e tal dólares de importação de medicamentos provenientes do lado social das empresas que operam no domínio petrolífero. Portanto, é difícil esse drama, aliado a gestão, diria, se calhar menos correcta. Acho que aqui ao nível da representação nacional deveríamos cingirmos à essa questão porque estão em causa as vidas humanas, a vida dos nossos filhos, dos nossos pais e dos nossos irmãos. Não é admissível que a nação faça um esforço e que haja hemorragia no sistema de abastecimento de medicamentos.

Quando falamos do acordo que assinamos com o Vale Flor, no sentido da requalificação do Hospital Dr. Ayres de Menezes, o fizemos pensando que através desse instrumento conseguiríamos uma melhor gestão do nosso sistema de saúde e acho que vamos conseguir. Claro que não é só isso, é tempo de podermos falar seriamente da questão da recuperação de custos, é tempo de debruçarmos seriamente sobre quem pode e quem não pode pagar a questão do seguro obrigatório. Há muitos acidentes de circulação que têm impacto directo na situação financeira deste ministério. Estamos preocupados e estamos a envidar esforços nesse sentido, mas é necessário que tenhamos ajuda porque sozinhos não o conseguiremos.

Quando digo aos Srs. Deputados que, para além dos medicamentos que pessoalmente meti no hospital e que outros cidadãos de boa vontade meteram como dádiva para poder ajudar a minimizar as carências que temos, falou-se aqui em tempos da questão da INFARMA STP, pois bem, tive conhecimento de que há efectivamente uma situação anacrónica porque o Governo pagou uma parte da dívida da INFARMA no OGE de 2013 e soube que há um armazém no Vigoço e que tem consumíveis, ligaduras engessadas, luvas e por aí fora, fora do controlo do Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Oh!

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Como é que é isso?

Murmúrios gerais.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Já tomei as medidas para saber exactamente o que se passa.

Srs. Deputados, sempre defendo que a função da fiscalização advém da função que exerce o nosso sistema democrático e do controlo das actividades governativas. Continuo a dizer que não esconderei nada a nação e continuarei a agir no sentido da protecção daquilo que é o erário público.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Mão dura nisso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É uma sociedade onde o Estado tem 35%, se a memória não me falha, a INFARMA Cabo Verde terá 34% e as restantes cotas pertencem ao sector privado. Ora, se o Estado tem capital nesta sociedade, ele tem que saber qual é a situação, qual é o balanço, que dívidas é que existem e por aí fora. Portanto, Srs. Deputados, vamos saber exactamente o que se passou.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Conta connosco!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há uma parte destes medicamentos, Sra. Deputada Filomena, que vem por via marítima e vamos fazer o rastreio de todos os medicamentos que entraram neste país há três ou quatro anos atrás, porque o montante da dívida que tem o Estado para com a INFARMA é enorme, disse-o aqui.

Acreditem que tudo quanto digo e afirmo não o faço de ânimo leve, tenho horror da injustiça e sobretudo de imputações falaciosas. Temos na execução orçamental de 2012, o Estado 20 000 milhões de dobras em medicamentos, foi um ano mais crítico em matéria de gastos com medicamentos.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Alcino Pinto.

Temos que saber por onde é que passam os medicamentos, estou decidido a levantar o véu sobre tudo isso e peço a vossa colaboração, a vossa fiscalização da actividade governativa para que efectivamente possamos chegar a bom porto.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Conte connosco!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, para além desse esforço, quero assegurar-vos que, para além dessa questão, para o ano económico 2014, temos programado a importação de medicamentos, para atender aquilo que chamamos «compra mãe». Os recursos internos, Srs. Deputados, não são suficientes para fazermos face a tudo.

Estamos em contacto com a Índia, que tem uma das maiores indústrias farmacêuticas e que fornecem até a maioria de medicamentos e, tal como expressam legitimamente essa vossa preocupação, estamos preocupados porque não queremos esse espectáculo de falta cruel de medicamentos que são essenciais para a nossa população.

O Banco de Urgência já devia estar a funcionar e a mim disseram-me que havia uma questão técnica que se colocava, que era a necessidade de um posto de transformação porque não havia a capacidade suficiente da linha

normal da EMAE para poder alimentar os equipamentos que lá estão e que a todo o momento eles poderiam ficar danificados, caso não se montasse esse posto de transformação. Mandamos fazer esses transformadores, custaram-nos 100 000 euros e a mim o que me disseram, do sector do Ministério da Saúde, é que até finais de Dezembro esses transformadores estariam prontos para que pudéssemos arrancar com o funcionamento no Banco de Urgência. Faremos tudo para que isso se faça dentro de um prazo razoável.

A questão do asfalto, é verdade, Sr. Deputado Ayres Major, que é perigoso mesmo para um doente que acaba de ser operado e estar a ser submetido a trepidação pela irregularidade do pavimento do nosso Hospital Dr. Ayres de Menezes.

É verdade, Sr. Deputado Ayres Major, que os cães que deambulam pelas diferentes enfermarias, vou lá muitas vezes e vi coisas horríveis; vou a psiquiatria e ao bloco operatório e sei exactamente do que estou a falar e não me conformo com isso.

Essas barracas todas que circundam o Hospital Dr. Ayres de Menezes, quem deu autorização para se instalar todo esse foco de infecção? Porquê? Porque se hoje há ratos na enfermaria é porque deixou-se instalar uma série de barracas que, através de restos de comida, faz com haja proliferação de ratos e que entram pelo hospital adentro e que criam-nos tantos problemas para a saúde pública. Na verdade, um indivíduo pode entrar com uma patologia e sair com outra. Mas o nosso país é feito desse tipo de coisas, é que sobre o nosso olhar silencioso e cúmplice fazem-se coisas que não lembra a ninguém em parte nenhuma do mundo. Claro está que alguém responde por isso.

Temos um país *sui generis*, aprendi quando era miúdo a ler os sinais e havia um sinal sonoro a dizer que no hospital era proibido buzinar-se, muito menos termos tanta poluição sonora pela quantidade de decibel que é colocado no ar nas imediações do Hospital Dr. Ayres de Menezes, tudo isso sobre o nosso olhar silencioso e cúmplice.

Portanto, temos que romper com isso tudo, isso não é um problema só do Governo, é nosso problema! Claro que o Governo tem a sua cota parte de responsabilidade e deve assumi-la na plenitude. O que é verdade é que temos organismos que autorizam esse tipo de práticas, que não tenhamos dúvidas e não estou aqui a fazer processo de intenção a ninguém...

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — *Ola uó!*

Murmúrios gerais.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não sou eu que mandei instalar lá as barracas; não sou eu que mandei para que se permitisse todo esse inferno que vem agudizar a nossa existência. Por isso, Srs. Deputados, há um trabalho enorme e devemos fazê-lo conjuntamente.

Aquilo que dizia o Sr. Deputado Ayres Major, quer dizer, como impedir que esses cães, que outrora eram abatidos, havia abate canino, porque os cães são vectores de doenças e não podem estar nas enfermarias, muito menos na pediatria com as crianças; não pode haver *selêlê*, o indivíduo está num quarto a pagar e tem *selêlê*, é um horror!

Murmúrios gerais.

Portanto, isso deve indignar-nos a todos e dizermos como é que nós, a representação nacional e o Governo, podemos combater de forma eficiente e eficaz essa situação toda que se assiste aos nossos olhos.

Se eu tomar a decisão de desalojar essas pessoas, as pessoas vão dizer: eh pá, cuidado!

Murmúrios gerais.

Por isso é que digo que em conjunto, independentemente das nossas diferenças e da nossa visão, o quê que podemos fazer para pôr termo a essa situação insólita que vivemos no nosso país no sector da saúde.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Mão dura!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tinha dado prazo ao Sr. Ministro da Saúde para se colocar o elevador. Há um elevador inoperante há vários anos. Eu disse que não deixaria o Governo sem que o hospital tivesse elevador a funcionar. Tal como bebi a primeira água que jorrou. O Sr. Deputado Pires Neto me tinha desafiado a beber a primeira água que jorrasse, antes de a população as consumir, fi-lo. Vou colocar o elevador no Hospital Dr. Ayres de Menezes!

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — O senhor tem só sete meses!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tenho a noção do tempo que me resta e vou meter elevador no Hospital Dr. Ayres de Menezes.

Aplausos gerais.

Senhores ilustres Deputados, dissemos que nenhum país se desenvolve sem ter o seu sistema educativo funcional. Dissemos que há um princípio constitucional de igualdade do cidadão perante a lei e que violaremos esse

princípio se não criarmos condições para que as crianças possam frequentar o estabelecimento de ensino em condições satisfatórias.

Quero dizer-vos que, isso está internacionalmente reconhecido, fizemos progressos que por acaso até não constam de alguns instrumentos de avaliação do desenvolvimento humano. Estendemos para várias partes do território o pré-escolar, temos estado a reparar infantários e a estendê-los; estamos a fazer isso e não é um favor às populações, é nossa obrigação! Falta muita coisa ainda por fazer, mas os senhores sabem que temos meios limitados. É verdade que se estamos no quadro dessa programação financeira a dizer, de acordo com o dinheiro que temos, o que é prioridade e o que devemos fazer em primeiro lugar. Se nos disserem, «não, não façam isso, façam outra coisa», acataremos, mas dentro daquilo que o País tem.

O País não tem condições para pôr transporte escolar em todos os sítios. Sei, Sra. Deputada Filomena, que as crianças vêm de Caldeiras, conheço todas essas dependências e é difícil que elas, fazendo 12 a 14 quilómetros, estejam em condições de poder assimilar, digamos, as matérias que lhes são ministradas. Mas temos que ter isso em conta, ou levamos paulatinamente as escolas a essas localidades, que é o que acho que seria mais viável, porque seria enganarmos as pessoas se disséssemos que vamos resolver esse problema com a assinatura do acordo que nos permite ter transporte colectivo.

O transporte colectivo não irá para essas localidades, isso seria deitar poeiras para os olhos das pessoas. Mas o que está programado é que haja efectivamente uma cobertura do território nacional com os transportes colectivos que disse aqui. Há uma sociedade com a qual estamos a negociar e estamos bem avançados nessas negociações, para termos o problema dos transportes colectivos resolvidos no quadro da mobilidade a nível nacional.

Pedirei ao Sr. Presidente para o Sr. Ministro da Educação, da Juventude e Desporto...

Vozes do ADI: — Da saúde.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — O Ministro da Saúde sou eu! Portanto, para responder às questões que solicitem explicações da nossa parte.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos, para uma intervenção.
De recordar que o MLSTP/PSD só tem apenas 18 segundos.

Murmúrios do MLSTP/PSD.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como ouviram o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, a população de Lobata tem estado a crescer e poderá vir a fazê-lo muito mais caso haja a construção do porto de águas profundas.

Acontece, porém, que o jardim-de-infância de Conde, em que participei não só com o projecto, mas também com a localização do espaço, não vem contemplado neste Orçamento. Quero recordar que só neste Orçamento é que não aparece, em todos os anteriores orçamentos apareceria.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Não há dinheiro!

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Queria dizer ainda mais, toda a gente que tem a noção das cidades, que o crescimento é centralizado e, portanto, é na zona centro, Micoló e Conde, que a população está crescer.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Afinal!

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Ontem falei do plano director e houve um Deputado que, no seu entender, disse que o plano municipal era o plano director...

Protestos do Sr. Deputado Adelino Santos.

... e como neste Orçamento vi no PIP verbas para a elaboração do plano director para a EMAE e outros sectores, como acho que tem que haver hierarquia, tem que haver o plano director nacional e depois os municipais e sectoriais...

O Sr. **Presidente:** — Só para alertar que o Sr. Deputado já não tem tempo.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Posso concluir e propor?

O Sr. **Presidente:** — Conclua a sua intervenção se faz favor.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Portanto, proponho que a verba 5343 e a 3870, «plano director para a energia», do PIP, que são diversos planos, tem que haver um plano director nacional e depois planos sectoriais, por isso eliminem esses planos para haver um único nacional, para depois tratarmos deste. Parte dessa verba dedicava-se à construção do jardim-de-infância de Conde.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Ramos, para que possamos entender melhor, o senhor está a propor que das verbas 5343 e 3878 se retire o quê em concreto?

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, da verba 5343 temos «plano de ordenamento urbano, Gonga/Santo Amaro; 3878 temos «plano director de energia eléctrica»...

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o senhor está a propor que se elimine estes planos?

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sim, que se elimine estes planos, podemos pôr um único plano director nacional e depois trataremos desses planos sectoriais posteriormente.

Porque há hierarquia nos planos, que saibam disto!

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**: — Espero que o Sr. Primeiro-Ministro e os Srs. Ministros tenham entendido o alcance da proposta e depois serão dados os esclarecimentos necessários da defesa ou da retirada, de acordo com a proposta do Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma para uma intervenção.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados: Venho para esta tribuna para falar do Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais.

Tenho aqui no PIP, número 4886, que fala do «apoio ao centro de formação profissional» e o que tenho constatado é o seguinte: o Ministério da Saúde tem promovido formações para enfermeiros em vários domínios e o que constatámos é que em Março de 2013 um grupo de estudantes neste ramo terminaram os estudos e até hoje não estão enquadrados. Ainda existe um grupo, que terminou os estudos em Dezembro deste ano...

A Sra. **Filomena Monteiro** (MSLTP/PSD): — Deste ano?

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Desculpe, em Dezembro de 2013, cerca de 30 estudantes e que também não estão enquadrados e não se sabe quando é que serão. Nesse sentido, um total de 54 estudantes que realmente estão a Deus dará.

As informações que tenho é que têm recorrido várias vezes ao Ministério e disseram-lhes que para o Ministério da Saúde estão inscritos o enquadramento desses enfermeiros para 2014. Li esse Orçamento, salvo melhor opinião de pessoas que fazem melhor estudo do Orçamento, não vejo, Sr. Primeiro-Ministro, o enquadramento para esses formados ao nível do Ministério da Saúde. Mas vejo aqui mais verbas para formação de novos quadros ao nível da saúde.

Gostaria que realmente desse uma atenção a esses alunos que já estão formados, antes de começarem uma nova formação. Porque não faz sentido alocar verbas e formar técnicos e depois estarem a Deus dará.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção. Para informá-lo que o seu Grupo Parlamentar tem 6 minutos.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Venho cá para colocar algumas questões e preocupações.

Em primeiro lugar, gostaria, enquanto jovem...

Vozes: — Enquanto jovem!?

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — ... queria felicitar o Governo, especialmente o Sr. Ministro da Juventude e Desporto, por ter colocado neste Orçamento alguma verba de apoio ao Conselho Nacional da Juventude. A verba colocada é ainda bastante irrisória, mas de qualquer forma a sua intenção foi bastante boa, antes pouco do que nada.

O Sr. Primeiro-Ministro está cá, acumulando a pasta do Ministério da Saúde, havia uma proposta feita pelo Sr. Deputado Arlindo Barbosa de reafectação de verbas das áreas de saúde, que subscrevo e reforço, se for pela questão de justiça, que da verba do Distrito de Caué seja subtraído um milhão de dobras, de acordo com a explicação que o Sr.

Primeiro-Ministro vier a dar. Se for pela questão da densidade populacional seria justo que o Distrito de Cantagalo acumulasse mais um milhão, subtraindo do Distrito de Caué.

Sr. Ministro da Educação, trago aqui também uma preocupação. É do conhecimento de todos que foi criado o PNASE, Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar, parece que um dos objectivos deste programa é substituir o PAM e incentivar o consumo dos produtos locais, o que viria a criar uma interligação com o Ministério da Agricultura, fomentando, digamos, o aumento da economia, do rendimento dos pequenos produtores. Não sei se foi por lapso meu não ter encontrado, ou se realmente não existe nenhuma verba afectada a este sector PNASE para realmente adquirirem estes produtos locais, gostaria de obter uma explicação da sua parte.

É tudo quanto tenho a dizer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete para uma intervenção.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados: A minha intervenção vai ser mais direccionada para o desporto nacional, o Ministério da Juventude e que possivelmente terá alguma ligação com o Ministério da Educação.

Ora, o desporto rege-se por princípios e um dos princípios é a coesão e a continuidade territorial. Quer isto dizer que o desporto combate às assimetrias regionais e contribui para a iniciação e a coesão nacional.

Bem, no documento das GOP, se não me falha a memória, o Governo incentiva a prática desportiva a vários níveis, tanto o competitivo como ao de manutenção e também tem acções, como «reabilitação e construção de infra-estruturas desportivas». Sei que o Governo quer incentivar a prática desportiva, no entanto, vejo que há poucas construções.

Primeiro, acho que se devia mudar a terminologia porque não se constrói um estádio com 40 000 euros, como tão pouco se constrói um pólo desportivo com 120 000 euros, ainda mais quando vemos as fontes de financiamento. O que quer dizer que estas obras de reabilitação e construção, que estão ali, dificilmente serão realizadas.

O Governo, ao nível do Ministério da Juventude e Desporto, assumiu algo que talvez devia estar em conjunto com o Ministério da Educação, que é o desporto escolar. Na verdade, se é que se quer emancipar o desporto e depois obter alguma qualidade, devia-se preocupar bastante com o desporto escolar. Há uma verba para o desporto escolar, mas não há nenhuma preocupação com a construção de recintos desportivos nas escolas para a prática desportiva. No Ministério da Educação não vem nada e apenas no Ministério da Juventude e Desporto é que se assume, quando acho que o Ministério da Juventude e Desporto deveria assumir tecnicamente esse processo, porque a força e a base está no Ministério da Educação.

Sr. Ministro da Juventude, há aqui uma verba alocada, «apoio institucional ao Comité Olímpico de São Tomé e Príncipe», acho que o Comité Olímpico tem algumas competências exclusivas, sabemos disso, mas ele é um parceiro do Governo para o desenvolvimento desportivo. Ora, o quê que o Comité Olímpico tem feito para o desenvolvimento desportivo? Acho que o Governo deveria aproveitar precisamente essa parceria para construir vários pólos desportivos em diversas zonas, se é que o Governo quer incentivar a prática desportiva para a manutenção.

Em 2014 São Tomé e Príncipe irá participar nos jogos da CPLP, pessoalmente fui contra a não realização desses jogos em São Tomé e Príncipe, isto porquê? Porque se aceitássemos realizar esses jogos beneficiaríamos de infra-estruturas desportivas, com o apoio de organizações internacionais. Essa era uma forma de termos mais infra-estruturas no País. Mas, infelizmente, houve a decisão de não realizarmos, é outro país que vai realizar e vamos continuar sem algumas infra-estruturas que necessitamos.

Em contrapartida, o quê que está espelhado neste Orçamento para a preparação desses jogos? Se não me falha a memória, há uma verba que está alocada, que é «preparação para os jogos da CPLP/capacitação técnica», 1000 milhões de dobras. Esta verba, 1000 milhões de dobras, está à volta de 40 000 euros, se quisermos ter uma participação condigna, deveremos nos preocupar, porquê? Porque isso move uma série de atletas, uma logística e apoios para os representantes e pessoas que estarão inseridas nas respectivas selecções para se deslocarem. 40 000 euros, não sei se será suficiente, acho que o Governo deveria preocupar-se em reforçar essa verba para que São Tomé e Príncipe tenha uma participação condigna.

Sr. Ministro da Juventude e Desportos, há uma data que marca muito o desporto a nível nacional, acho que o senhor já participou nela também como atleta, data que institucionaliza o desporto nacional, 12 de Março. É uma data que, a meu ver, movimenta uma série de atletas e neste Orçamento não há nada que expressa esse festejo de 12 de Março desportivo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo de Oliveira para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo de Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados: Disse-nos o Sr. Primeiro-Ministro que uma das suas prioridades é a saúde, pese embora o senhor na sua intervenção tenha dito que vai ao hospital todos os dias...

Protestos do Sr. Primeiro-Ministro.

Ou sempre, melhor dito. Também vou sempre ao hospital e a última visita que fiz do ponto de vista institucional, no quadro do meu Grupo Parlamentar, constatámos que aquilo que está no hospital, a situação que vivemos no sector da saúde, como o senhor costuma a dizer, é calamitosa...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Calamitosa.

O Sr. **Abnildo de Oliveira** (ADI): — Ah pois, calamitosa, muito obrigado Sr. Primeiro-Ministro. É calamitosa e periclitante! Hoje, Sr. Primeiro-Ministro, posso falar com propriedade, subscrevendo a minha tese de que o senhor, às vezes, falta com a verdade.

O senhor disse aqui que não semeia o horror, a injustiça e imputações falaciosas, vamos a isso, no sector da juventude, a verba do empreendedorismo consta a formação e também um montante que está inscrito no Ministério do Plano e Finanças. Concordo com esta verba, mas entretanto gostaria de desafiar o Sr. Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças porque os senhores disseram que o anterior Governo teria um programa sobre a questão do empreendedorismo e deu fim a esta verba, gostaria que os senhores me provassem aqui se isso corresponde a verdade? Na minha opinião, não corresponde à verdade. Os senhores receberam um grupo de jovens e disseram que depois da festa do Natal iriam dar tratamento depois da aprovação do Orçamento e o empreendedorismo em 2013 *da son bilá vinté*.

Portanto, espero que com este Orçamento o senhor inicie isto, mas tenho uma pergunta a fazer: quando é que vai iniciar-se este programa e quantos jovens serão abrangidos?

No sector do Desporto, o meu colega Deputado Hélder paquete fez menção a algumas situações, mas gostaria de enfatizar que não se faz um estádio com 1000 milhões de dobras. Muito gostaria que tivesse um estádio na cidade da Trindade, com 1000 milhões de dobras, não se constrói um estádio.

Não vejo neste Orçamento, Sr. Ministro da Juventude e Desporto, a verba para aplicação da Pista de Tartan. O espaço para acolher a pista já se efectivou a cobertura do betuminoso, mas não vejo neste Orçamento a verba para a aplicação da Pista de Tartan.

Quanto ao desporto escolar, subscrevo que é necessário darmos atenção, para além da componente coesão nacional, o desporto pode promover a formação humana e cívica. O desporto também pode ajudar-nos naquilo que é saúde preventiva.

O Sr. Primeiro-Ministro tem dito que é insuportável a nossa situação financeira face aos custos de saúde e penso estar a falar na saúde curativa, mas podemos utilizá-lo para saúde preventiva e daí justifica um reforço para o desporto escolar e há verba. Apoio institucional ao Ministério da Juventude e Desporto e ao Ministério do Comércio, esta verba poderá ser retirada para reforçar o desporto escolar.

A preparação dos jogos da CPLP, com este montante só servirá, se calhar, para pagar bilhete de passagem para uma delegação de 40 a 50 pessoas. Este montante é muito reduzido para uma participação, mas só está aí preparação, não sei como é que os atletas irão, se irão alugar o navio Príncipe ou não, não sei.

Uma Voz: — Vão de avião.

O Sr. **Abnildo de Oliveira** (ADI): — Ah, vão de avião! Quanto à questão da saúde, não gostaria de voltar a enfatizar essa questão. Sr. Primeiro-Ministro, preciso pedir-lhe tudo que tenho direito em nome do povo. O senhor hoje começa a lamentar que não tem dinheiro, não é meu problema, pela experiência que a ADI tem da governação, conhecemos profundamente a situação do País. Neste momento, apesar das limitações, irei exigir tudo porque se derrubou um governo para trazer alternativas e não para chorar!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, caras e caros colegas Deputados, bom dia. Sr. Presidente, gostaria que a Mesa me dissesse qual é o tempo do Grupo Parlamentar da ADI.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI). — Tem 80 minutos.

O Sr. **Presidente**: — O Grupo Parlamentar da ADI tem ainda 47 minutos.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Quando cheguei o Grupo Parlamentar da ADI tinha 63 minutos e tinha inicialmente 66 minutos. É só controlar o tempo, Srs. Deputados!

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Quando o Sr. Presidente chegou tinham quanto?

O Sr. **Presidente**: — Tinham 63 minutos.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Mas já tinham falado muito!

Protestos da ADI.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Mesa nesta matéria é rigorosa e imparcial. Tem 47 minutos.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que, de facto, tenho dificuldades em discutir este Orçamento. Queria antes agradecer a Sra. Deputada Filomena Monteiro do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD que me incentivou e explico porquê.

Gostaria que neste Orçamento nós, os Deputados, viéssemos falar primeiramente da execução. A Sra. Deputada Filomena Monteiro foi a única que falou da execução. Isto porque quem viu a discussão do orçamento do ano transacto e quem vê hoje esta discussão, a questão que se coloca, na minha opinião, é a execução.

Falou-se muito no orçamento do ano passado. Os Srs. Deputados que apoiam este Governo falaram categoricamente e elogiaram bastante o orçamento do ano passado. O que sabemos e o que está escrito é que a execução está muito aquém do esperado.

Portanto, gostaria que nesta discussão os Srs. Deputados reactivassem as vossas almas, o espírito, aquela vontade, aquela alegria que tinham, ouvimos em casa Deputados que falaram do melhor orçamento de todos os anos e quando se vê está-se a discutir Orçamento de 2014, quando a execução de 2013 é ínfima.

Inclusive, há Deputados que deviam estar cá, refiro-me aos Srs. Deputados Ayres Major, que assaltou, bem como Pires Neto.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe que centre a sua intervenção na discussão na especialidade.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Não se preocupe Sr. Deputado Ayres Major, isso foi em jeito de brincadeira. O Senhor está cá oficialmente, mas estou a falar porque nós, o Grupo Parlamentar da ADI, queríamos os verdadeiros protagonistas do orçamento do ano passado. E faria questão que o Sr. Pires Neto estivesse cá presente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço a sua atenção. Não faço interferência na gestão de cada grupo parlamentar ou de cada partido. Centre a sua intervenção na especialidade que é o assunto que está a ser discutido. A mudança dos Deputados de cada grupo parlamentar ou partido, cabe a cada grupo.

Aplausos.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente da Assembleia, estamos na Casa Parlamentar e aqui é *parlar*, como diz o italiano, é falar e fazer política. Falar de certos grupos parlamentares é fazer política, porque também falam de nós.

Sr. Primeiro-Ministro, temos ouvido e tenho em mãos o documento das GOP. No capítulo da saúde, vejo que o seu Governo constitui objectivo fundamental a área da saúde. Também escutei com atenção a explanação do Sr. Primeiro-Ministro em relação à situação dos consumíveis e medicamentos no nosso hospital. Fiquei na dúvida, quem está a falar a verdade?

Quando vamos ao hospital, os técnicos, os doentes, a população, dizem que não há medicamentos, não há consumíveis. Até tenho uma lista de medicamentos e consumíveis que não há e que alguns técnicos me passaram, como: antibióticos, fita de glicemia, insulina, luvas, ligaduras, gazes, algodão, seringas, na minha opinião são coisas mais básicas.

Quando ouvimos o Sr. Primeiro-Ministro dizer que há medicamentos e que já doou pessoalmente ao hospital, fica uma dúvida. Por aquilo que sabemos, o sector da Saúde está péssimo, o Sr. Primeiro-Ministro reconheceu aqui!

O que mais nos estranha é que a saúde é para este Governo, segundo as suas palavras, o sector prioritário.

Sr. Primeiro-Ministro, para a Região Autónoma do Príncipe especificamente, no orçamento de 2013, foi inscrita uma verba de 9,5 000 milhões para a construção do bloco naquele território. Ainda neste Orçamento de 2014 torna a vir a mesma verba.

Não se construiu, as fontes nem sei, não se fez nada sobre esse aspecto neste projecto e ela torna a vir. Tenho certas dúvidas a esse respeito porque sei que o orçamento de 2013, em relação a 2014 cresceu 55.9%. Tenho sempre dificuldades em entender isso. Esse tipo de propaganda enganadora perante a população tem que se deixar dela!

Se de facto toda a gente elogiou o Orçamento e achou que é o melhor Orçamento, foi incluindo uma verba para um bloco que, na minha opinião, é de extrema importância para a Região Autónoma do Príncipe, este ano ninguém mais falou disso.

Isto é para deixarmos de propaganda enganadora perante a nossa população. Há outros aspectos de níveis de execução que falaremos amanhã, em relação aos orçamentos, que gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro desse uma especial atenção a situação de evacuação.

O Sr. Primeiro-Ministro disse que o País não comporta, mas isso já sabíamos e continuamos a saber. O que pensávamos é que havia milagres que esse governo fosse fazer perante aquilo que se assistiu no ano passado. Hoje fico perplexo, quando o Sr. Primeiro-Ministro diz que o País não comporta porque só a evacuação para o Príncipe custa 80 milhões de dólares. Isto não pode constituir um problema para a população porque pensamos que haveria grandes melhorias para o País e não estamos a ver, o Príncipe não está a sentir.

Há tantos problemas que não vale a pena falarmos. Estamos no ano das eleições e só o povo decidirá, e pelas chicotadas que o povo tem tomado acredito que já estão com maturidade suficiente, de forma que possa definir de facto, quem é quem neste pequeno país.

Em relação à Educação, Sr. Ministro, ando preocupado com o Ministério da Educação. Tenho um colega que é professor, ele disse-me que há crianças na 5.^a classe que não sabem escrever o seu próprio nome, mais crítico ainda é que há outros que escrevendo o nome não sabem escrever o apelido. Ando deveras preocupado com esta situação e também tenho informações que a estatística, não oficial, aponta que numa turma de 58 alunos só três tiram positiva na disciplina de português. Isso é muito preocupante, gostaria que o senhor falasse um bocado porque tenho uma certa dúvida sobre o projecto de Escola +. Não sei se de facto é verdade, mas algumas informações dizem que não seria um projecto viável, na medida em que se fazem passagem administrativa. Gostaria de obter uma explicação. Se alunos da 5.^a classe estão pessimamente, qual será o nosso futuro? Temos que ser mais rígido na Educação.

Outra questão no sector da Educação são as turmas superlotadas. Qual é a política?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quero recordar-lhe que estamos em sede de discussão do Orçamento, na especialidade, e não do programa do governo. Sei que estamos em sede de Parlamento onde se faz política, mas temos um assunto concreto, Orçamento com rubricas e números. Gostaria de ver o Sr. Deputado a fazer essas observações e terminar pelo menos com propostas.

Se ficarmos no genérico, não estaria a contribuir positivamente para melhorarmos o Orçamento.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Tomei boa nota do Sr. Presidente, mas julgo que essas observações também são importantes. Sei que o Sr. Ministro da Juventude e Desporto é um ministro novo no elenco governamental, desafio o Sr. Ministro a apresentar aqui os seus projectos numa perspectiva para o futuro, a nível da Juventude e desporto.

Gostaria de chamar atenção do Governo, por causa do desfasamento que senti, mas amanhã quando estivermos na área das infra-estruturas e economia iremos falar sobre isso, entre o OGE e as GOP. Falei do bloco de apartamento do Príncipe, não vi nas GOP, mas vi no Orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o meu apelo não tem como objectivo retirar a palavra ou contribuir para perturbar as intervenções dos colegas, é no sentido de concentrarmos essencialmente no que estamos a fazer hoje. Estamos a discutir o Orçamento na especialidade e todas as considerações são pertinentes, são úteis, têm legitimidade, mas se elas não terminarem com propostas, como vimos o Sr. Deputado Carlos Correia fazer uma intervenção bastante longa, bastante positiva, mas um pouco deslocada daquilo que estamos a discutir. O Sr. Deputado utilizou, não tenho nada a ver com isso, um terço do tempo disponível e poderia ser mais concreto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ayres Major.

O Sr. **Ayres Major** (MDFM/PL): — Sr. Presidente, de forma pública, fui chamado de assaltante. Caro colega, por favor, não me convide a práticas ilícitas. Queria também dizer que o MDFM/PL não está cá de boleia, está cá por trabalho próprio. E o MDFM/PL dirige o seu espaço, não precisamos de conselho, nem de assessoria até então. *Ná sá pluga bixó fá.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, caros Deputados, bom dia. Vou começar pelo Ministério da Educação Cultura e Formação. Sr. Ministro, tenho informação que o Sr. Ministro está informado, suponho eu, através dos responsáveis da Escola Básica de Folha Fede e também do Presidente da Câmara Distrital de Mé-Zóchi do estado em que se encontra aquela escola. No entanto, infelizmente não vejo qualquer verba programada para a reabilitação desta escola.

Ontem foi um daqueles dias trágicos, digamos assim, porque quando chove, quer professores quer alunos correm em debandada à procura de abrigo. Todas as turmas chovem copiosamente, a escola não tem iluminação. Gostaria de lembrá-lo porque sei que o Sr. Ministro tem conhecimento da situação da escola.

Uma Voz: — Escola de onde?

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Escola Básica de Folha Fede.

Sr. Ministro da Juventude e Desporto é uma pessoa que deve gostar do desporto e deve conhecer o Estádio Olímpico de Folha Fede, se não conhece gostaria que visitasse um dia.

Antes de mais, Sr. Ministro da Educação, gostaria que fosse visitar pessoalmente a Escola Básica de Folha Fede, se tivesse tempo.

Sr. Ministro de Juventude e Desporto, este estádio está a ser construído pelo Comité Olímpico São-tomense há mais de sete anos, provavelmente 10 anos. Os muros estão a desabar, mas felizmente o espaço físico onde se pratica o futebol ainda é utilizável. Fazem-se até jogos de campeonato naquele campo, mas é um risco enorme para as crianças e as pessoas que por lá passam, correm o risco de vida por causa desse famoso estádio olímpico. O Comité Olímpico São-tomense parece ou é parceiro do Governo, tenho informações que o Governo não tem estado a participar para a conclusão das obras deste estádio.

Está entregue ao abandono, porque é útil o espaço, estamos a falar da construção de um estádio na Trindade, a equipa da Trindade também joga naquele campo. Podia-se construir um estádio que seria útil para as duas equipas, quer da Trindade, quer de Folha Fede.

Por isso, gostaria, se fosse possível, já neste Orçamento, que se alocasse uma verba para começar a conclusão deste campo.

Quanto ao Ministério das Obras Públicas, Sr. Primeiro-Ministro, a construção da estrada nacional n.º 3, que liga Cidade Capital a Pousada da Boa Vista é uma estrada importante, não queira imaginar o que passamos ao longo deste ano devido ao estado da estrada.

Felizmente, temos lá o Sr. Presidente da República a residir, é meu vizinho até porque morro por detrás da casa, mas acredito que ele tem tido muito embaraço.

Temos delegações presidenciais e não só que tem que fazer a volta ao cruzeiro porque a estrada principal está destruída. Queria também associar-me ao apelo da CNN porque acredito que devemos agradecer, aliás, estamos satisfeitos porque se abre de facto uma janela importante para que o País, desta vez, se calhar, comece a receber visitantes em maior número.

Por isso, gostaria de dizer que a estrada é extremamente importante porque também temos em Mé-Zóchi centros turísticos. Estou a falar de Bombaim, mas as coisas são transversais, falando de um sector normalmente toca o outro.

Não fiz propostas concretas, Sr. Presidente, mas acredito que o Governo saberá fazer por si só alocações das verbas que forem necessárias.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sr. Deputada Isabel Domingos.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI). — Sr. Presidente, antes de avançar para a minha intervenção, queria dizer que estou ainda à espera do esclarecimento do Sr. Ministro da Educação, tendo em conta as três perguntas que eu tinha colocado.

Ainda em relação à Educação tenho uma proposta, não em jeito de número, mas seria de construção de um jardim-de-infância no centro da Trindade ou num lugar muito próximo. O único que temos é o Jardim Olof Palme e aquilo data da década de 80, nem sequer dá resposta à população que temos hoje, sem falar da própria localização do Jardim. Aquilo está numa via principal, as crianças tanto para entrar como para sair estão muito sujeitas a transporte e sabemos como são elas.

Soube que o Governo fez uma reabilitação, não sei qual é a dimensão da reabilitação, mas tal como acontece com a escola de Folha Fede, quando chove aquilo ficava inundado dois a três dias e as crianças não podiam estar lá dentro e há supostamente uma nascente por de trás daquele jardim. Há muita humidade neste Jardim, o que me faz acreditar que não está em condições, neste momento, para dar resposta. Por ser o único jardim na Trindade, quando se anuncia as matrículas, os encarregados de Educação têm que estar pelo menos, três a três e meia da madrugada à espera da responsável para que esta abra a porta do Jardim, para se começar de imediato a inscrição. Nessa altura, é uma fila enorme para se inscrever alunos. Falámos da educação para todos e objectivo do milénio, é uma vergonha! Estamos em baixo, mas também não vamos estar a baixar tanto! Logo, que se encontrasse uma forma de fazer uma construção de um jardim que se necessita, porque os jardins mais próximos que temos são os de Quinta das Palmeiras, CATAP e Margão. E eu vi uma moto carinha (moto táxi) fazer recolha de crianças em várias localidades, para levar a Quinta das Palmeiras ou CATAP, porque doutra forma não têm como estudar na Trindade. Há uma verba no capítulo de investimento, página 4 de 8, e não tenho explicação sobre ela. Temos a construção da escola secundária básica 1.º de Junho.

Uma voz: — *Está onde?*

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — 4987. Eu não sei se é construção, se é alargamento. Existe uma escola 1.º de Junho, com dez mil milhões, setecentos e noventa e tal milhões de dobras, não sei a que se faz referência. Se fosse possível fazer um reajuste, se é uma questão que se pode estudar, de jardim-de-infância na Trindade precisa-se.

Volto a rebater na questão de transporte escolar que é inevitável, por tudo isso que já foi dito aqui ontem. Hoje o Sr. Primeiro-Ministro reagiu, dizendo que sabe. Eu sei que sabe, nós sabemos que sabe, os pais e encarregados de educação sabem, mas a preocupação nossa é saber o que é que o senhor vai fazer com esse saber, porque o senhor não disse. Desculpe, com todo o respeito. Porquê?

O companheiro e colega Mário Fernandes falou ontem de Ribeira Peixe, a Sra. Deputada Filomena Monteiro falou de Caldeiras e eu trago-lhe mais, as dependências de Monte Café. O portão de Monte Café, sabe de onde estou a falar, dista muito de São Nicolau, de Novo Destino e essas crianças têm que sair a pé para estarem lá por volta das 5 da manhã, porque o autocarro, quando faz a primeira viagem, tem que as pegar. É uma zona fria, mas as crianças têm que se levantar cedo e têm que percorrer todo o caminho até o portão de Monte Café. Já chegaram, já estudaram e já estão na escola, têm que regressar. Logo, elas saem de casa às três, três e meia da manhã, Sr. Primeiro-Ministro, e às 14, 15, 16 horas ainda não regressaram. Já se falou de rendimento, já se falou de muita coisa, mas falta falar da própria segurança dessas crianças. Os transportes andam mais do que superlotados, andam só de um lado e se fosse possível andar sobre dois pneus andariam.

Estamos aqui e conhecemos a situação. Portanto, saber só por saber não nos basta. São vidas e vidas, mais de 50 alunos que andam naqueles autocarros. O que é que vamos fazer? Ontem o senhor disse aqui que o Ministério da Educação não tem capacidade para fazer a gestão dos transportes. O que é que estamos a fazer? Tiramos as crianças todas e damos um subsídio aos pais? Elas têm que estudar, Sr. Primeiro-Ministro. Houve uma reacção de pais e encarregados de educação de Lembá, creio eu, não sei se em jeito escrito ou em protesto oral, mas até agora nada. Fica na sede do meu partido e vejo os alunos a saírem do Liceu Nacional às 18 e 30, 19 horas e quando o autocarro chega todos correm atrás ou à frente do autocarro, sabe lá Deus, para encontrarem um lugar para assentar, porque de pé não dá. Estamos a falar da distância, aproveitamento e segurança. E não é só segurança dentro do carro, porque elas percorrem essa distância e depois têm que chegar ao centro de captação, e tomo como referência Monte Café, depois têm que fazer o percurso de volta às suas casas às 18, 19 horas.

Sr. Primeiro-Ministro, é só para lhe dizer que saber não satisfaz, não chega.

Estão duas verbas inscritas no orçamento para aquisição de transporte escolar. Se não vi errado, na rubrica 5361 estão 3 mil milhões e na 3792 estão 2 mil milhões. Eu quero confessar-lhe que não sou muito boa nas contas, mas tive o cuidado de ir ter com o meu companheiro Mário Fernandes para a gente ver mais ou menos quantos carros daria para comprar. Quatro, cinco, seis, sete, oito autocarros, não sei. É a condição que o autocarro tem? Está bem! Mas qual vai ser o critério de distribuição? Densidade populacional, distância das escolas e depois as outras como é que vão ser? Quem vai gerir esses transportes escolares? Já temos experiências dos anteriores. O que se arrecada não chega para a compra de pneu. Para o combustível, não dá, para a manutenção de peças, não dá.

Sr. Primeiro-Ministro, estou a pedir-lhe que me dê informações concretas. Quando o senhor voltar aqui, que diga se fez, parabéns, ou se não fez. É só isso que lhe peço, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente**: — O Governo dispõe de 44 minutos, o ADI tem 19 minutos, o MLSTP/PSD já não dispõe de tempo, o PCD tem 3 minutos e o Deputado do MDFM/PL tem 1 minuto.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Diogo.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Sr. Presidente, não venho cá trazer cifras, mas é um assunto que gostaria de expor, porque acho que é pertinente e é altura de falar dele. Há um tempo a essa parte, tenho vindo a constatar um número crescente de meninos de rua que ficam sobretudo a circundar os hotéis e todas as praças. Acho que é um fenómeno que começa a crescer e não é bom para nós nem tão pouco para a nossa República e sobretudo para um país cujo objectivo é tornar-se um país de prestação de serviço e desenvolver o turismo.

Acho que é um fenómeno que começa agora, mas a médio prazo o Estado tem que se responsabilizar por isso. Segundo informações que tenho, alguns operadores privados têm tentado fazer um esforço no sentido de agrupar esses meninos e tratar deles, mas parece que não é sistemático e essa coisa começa a se tornar perniciososa. E assim acredito que no nosso país o Governo, sobretudo o Estado, deve tomar isso em consideração e começar a responsabilizar-se por isso, de modo a evitarmos potenciais e futuros delinquentes para o País. Daí que exponho esse problema aqui, portanto, não tenho em mãos a solução. Exponho assim para podermos reflectir em conjunto, porque acho que é um problema que começa a crescer paulatinamente e se o País não fizer nada contra isso daqui há alguns anos poderemos ter potenciais marginais.

Quando estamos a ouvir já a CNN a declarar que São Tomé e Príncipe vai tornar-se um país de destino turístico, acho que é um perigo. Portanto, se calhar, não podíamos continuar a dar azo a esse tipo de coisa, tem-se que fazer algo para isto, dar atenção a esse tipo de fenómeno e tentar saná-lo. Não tenho cifras, não venho sequer dizer o que é que o Governo deve fazer, exponho isso porque é uma preocupação e acho que é altura própria e lugar próprio para o poder expor. E digo mais, os meninos não são culpados, acho que é um problema que o Estado tem que se responsabilizar.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel, para uma intervenção.

O Sr. **José Manuel** (ADI):— Sr. Presidente, tenho duas questões que são transversais a todos os ministérios e gostaria de, com a sua autorização, tocar nessas questões, que têm a ver com a sociedade de informação e de conhecimento. Mas antes disso, gostaria de falar da proposta do Deputado Arlindo, quando sugeriu que se retirasse alguma verba no âmbito da saúde de Caué para Lembá.

Julgo que é pertinente a questão, porque reconheço que o valor é muito reduzido para Lembá, mas seria também injusto retirar de Caué, um distrito tão distante e pobre. Eu estava a dar-lhe uma dica de que seria bom que a proposta do Sr. Deputado José Viegas, que sugeriu tirar algumas percentagens do apoio institucional seria uma oportunidade, se calhar, para colmatar essa sua preocupação, em vez de retirar a verba de Caué, que é um distrito que, se calhar, está numa situação pior que a de Lembá. É apenas uma contribuição.

A questão que me trouxe cá é o aspecto sociedade de informação e de conhecimento, concretamente na matéria tecnologia. No resumo de despesa por órgão e fonte de recursos, nas páginas 8 e 10 vejo cá uma rubrica, no Ministério das Obras Públicas, que é a «implementação do sistema integrado de gestão», 19 mil milhões, e no Ministério da Educação, na rubrica 5328, vejo uma outra rubrica, «sistema informático de gestão integrada», 10 mil milhões de dobras, entretanto, vejo «informatização do Registo Civil», mil milhões de dobras. Acho que não têm noção daquilo que é a informatização do Registo.

Estamos a falar de uma instituição que trata desde o nascimento do cidadão até a sua morte; é uma instituição transversal a todos os restantes sectores. Daí que eu não entendo como é que se inscreve mil milhões de dobras para o Registo. Acredito que esse dinheiro não vai fazer absolutamente nada. No Ministério dos Negócios Estrangeiros temos 19 mil milhões e na Educação temos 10 mil milhões para implementação do sistema integrado de gestão. Isso é apenas uma contribuição.

Continuando com a minha reflexão, passaria a usar um jargão da informática que é a interoperabilidade, ou seja, há uma ausência total da interoperabilidade do sistema em São Tomé e Príncipe. Em São Tomé e Príncipe temos ilhas de sistemas, constrói-se sistemas isoladamente, onde elas não se conversam entre si e mais um exemplo da continuação dos mesmos erros é trazer propostas sistemas isolados. Temos um sistema de gestão integrado do Ministério das Obras Públicas e na Educação também, mas não há um estudo prévio, não se consultou uma instituição, que neste caso seria o INIC, na possibilidade de implementação disso.

Por isso, entendo que existe uma descoordenação neste Orçamento. Vamos encontrar verbas distribuídas na área de informática, em que várias delas são distribuídas e completamente descoordenadas, porque não existe uma política concentrada da implementação da sociedade de informação, quando tenho conhecimento que o Governo contactou um consultor que veio de Canadá e fez um relatório em que dá algumas dicas da implementação da sociedade de informação, mas neste Orçamento não se levou isso em conta. Quando falo de ilhas de sistemas, estou a falar do sistema de um ministério que não conversa com os sistemas de outros ministérios e esses sistemas não têm vida longa.

No máximo duram 8 meses ou, se calhar, só na fase experimental e nunca entram em funcionamento. Senão vejamos: o Governo orçamenta 5.210.410.100 (cinco mil milhões, duzentos e dez milhões, quatrocentos e dez mil e cem dobras) para equipamento e acessórios electrónicos, para recolha de dados, emissão de passaporte na Região Autónoma do Príncipe, isso está na página 10 de 56 na rubrica 5025. No resumo da despesa por função, subfunção de programa, o Governo orçamenta 19 mil milhões para modernização da Administração Pública e suponho que o Governo estaria a falar de governo electrónico e ainda mais em baixo «desenvolvimento institucional e modernização da Administração?»

Suponho que deste valor 50% ou mais deve ser direccionado para a tecnologia. Ou seja, vamos ter cerca de 50 mil milhões de dobras, mais de 2 milhões de dólares para a área da tecnologia, numa filosofia desorganizada, ou seja, resumidamente, esse dinheiro será deitado fora. Não existe algo para aproveitamento desse valor.

Na rubrica de resumo das despesas, vejo uma verba de 13. 650 mil milhões e não há uma explicação coerente para a existência dessa verba. Se realmente é um resumo de ciências da tecnologia, como é que ficam os tais 50 mil milhões que estão desorganizados, se no resumo de ciência de tecnologia essa verba não aparece? É uma desorganização total. Portanto, e o mais grave ainda é o facto de a instituição responsável pela implementação da sociedade de informação, que é o INIC, através decreto-lei 19 de 2008, não tem conhecimento e no seu plano estratégico não contempla nada disso que mencionou aqui. O INIC tem uma verba de cerca de 10 mil milhões para implementação de STP em Rede e uma verba de 16 mil milhões para a implementação de Back Bone fibra óptica, mas essas verbas não estão sincronizadas com

estas que mencionei aqui. Daí que sugiro ao Governo que as verbas que mencionei inicialmente, 19 mil milhões do Ministério das Obras Públicas e 10 mil milhões do Ministério da Educação, fossem revertidas para a informatização do Registo Civil, que na minha perspectiva ainda não é suficiente.

Outro aspecto, a implementação do sistema SAFE já custou ao Estado qualquer coisa acima de 2 milhões de euros e vejo cá outra vez cerca de 1 milhão de dólares para este mesmo sistema.

Basicamente são estas as minhas contribuições e provavelmente poderei voltar aqui quando estivermos a falar da outra área.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, é para ver qual é o problema com a comunicação. Tenho informações de que aquando do uso da palavra do Deputado José Diogo e da Deputada Isabel Domingos, o sistema da transmissão não funcionou e assim gostaria de saber o que é que acontece com a TVS, quando os Deputados do ADI usam da palavra.

Vozes do MLSTP/PSD:— *Oh! Oh! Oh!*

O Sr. **Presidente**:— A Mesa não dispõe dessa informação e gostaria de pedir aos serviços de apoio para nos passarem informações e saber se o sistema está a funcionar.

O MLSTP/PSD já não dispõe de tempo.

Tem a palavra o Sr. Primeiro- Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, o Governo cede ao MLSTP/PSD 10 minutos.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD tem 10 minutos cedidos pelo Governo e peço-lhe que faça a gestão rigorosa dessa disponibilidade de tempo.

O sistema está a funcionar.

Vozes do ADI:— Está a funcionar com altos e baixos.

O Sr. **Presidente**:— Acabei de ser informado que mesmo quando o Presidente está a falar há essas interrupções. Acredito que o que o Sr. Deputado fez referência seja a verdade, mas não tem nada a ver com o facto de ser Deputados do ADI porque, nos últimos tempos, quem está a falar são apenas Deputados do ADI. Penso não haver nenhum propósito nesse sentido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, para direito a resposta.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, espero que esse tempo não seja descontado no tempo do meu Grupo Parlamentar. É rápido, Sr. Presidente. É que o Deputado que me antecedeu, em função da proposta inicialmente feita por mim, terá dito que a minha proposta é de retirar a verba da saúde de Caué para Lembá. Não foi essa a minha proposta. Eu tenho uma proposta global que abrange a todos os distritos e não estou a tirar verba do valor global, mas sim a minha proposta não é retirada de verba do valor global do Ministério da Saúde para os distritos.

Citei a rubrica «material de consumo e secretaria», é bom que os Deputados entendam isso. Fiz uma proposta de redução ao nível de todas as áreas e distritos, incluindo o Centro Nacional de Endemias, porque Lembá tem um valor muito reduzido. Lembá tem 2 mil milhões, Caué tem 15 mil milhões e Lobata cerca de 16 mil milhões. Essa é a minha proposta que fica no ar. Gosto de visitar muito o distrito de Caué, para não ficar a ideia de que a proposta se incide só na retirada de verba de Caué para Lembá. É bom que as coisas fiquem bem claras.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Boa Morte, para uma intervenção, mas lembro-lhe que o seu grupo parlamentar só dispõe de 13 minutos.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Começo por desejar ao povo de São Tomé e Príncipe e ao Sr. Presidente da República continuação de boas entradas no novo ano, muita dedicação e muita honestidade a cada um de nós nas nossas funções.

Sr. Primeiro-Ministro, como está a tutelar o Ministério da Saúde neste momento, gostaria de perguntar-lhe quais as medidas que já tomou ou que irá tomar quanto à verba doada pela embaixada de China (Taiwan) anualmente ao Ministério da Saúde. O famoso escândalo.

Quanto ao Ministério da Educação, na página 34 do OGE, código 3841, bolsa interna para mestrados, licenciaturas e doutoramentos, tenho tido informações de que o Ministério da Educação concedeu bolsas de doutoramento a um grupo de técnicos e gostaria de perguntar quais foram os requisitos para que essas mesmas pessoas fossem beneficiadas, uma vez que para que se possa obter uma bolsa de estudo para licenciatura tem-se exigido requisitos. Assim, gostaria que fosse bem explicado à Nação os requisitos, uma

vez que há muitos estudantes ou jovens que acabam o 11.º ou 12.º ano que ficam à procura de financiamento de uma licenciatura, mas que parece impossível.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— Não tenho tempo para muita coisa e vou directamente ao assunto. Eu não sou membro do Governo e, portanto, não estou aqui para responder às questões dos Deputados, mas enquanto Deputado do grupo que apoia o Governo e vice-presidente do partido que também apoia o Governo, tenho a obrigação aqui de fazer algumas declarações.

Portanto, a Sra. Deputada Isabel Domingos colocou aqui algumas questões de facto que são preocupantes, ligadas a áreas sociais, e o povo que escuta lá fora vê que de facto está muito preocupada com a situação social, mas a dúvida que tenho é que a Sra. Deputada foi assessora do gabinete do Primeiro-Ministro para a área social durante estes 2 anos e na altura já existia todos esses problemas.

Por outro lado, Sr. Deputado Abnildo de Oliveira, se eu fosse o senhor, não vinha aqui falar de campos, porque já ouvimos aqui nesta Assembleia que o Sr. Deputado usou um campo de futebol para construir a sua própria casa e...

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **António Barros** (MLSTP7PSD):— ...na altura houve projectos de estádios que ficaram por concluir.

Sr. Primeiro-Ministro, a minha questão é simples. Estamos na área social e a difícil situação económica e financeira que o nosso país vive coloca muita gente à procura de apoios sociais e estamos a viver um momento em que se está a assistir a muitos incêndios, ainda esta manhã, na Região Autónoma do Príncipe, aconteceu um incêndio em que deflagrou uma residência e deixou por volta de quatro famílias sem abrigo e sem solução.

Daí que também estou cá para pedir apoio para essas famílias e também agradecer a população que mais uma vez se serviu de bombeiros na Região Autónoma do Príncipe, para impedir que esse incêndio fosse de maior proporção. E assim solicito ao Governo qual é o projecto concreto que tem em relação a esse tipo de apoio. Existem algumas verbas no Orçamento direccionadas para catástrofes e calamidades, mas na maioria das vezes são os partidos políticos e pessoas de boa vontade que têm dado esses apoios.

Gostaria de sugerir também ao Governo a criação de um fundo de contingência para atender a esses pedidos e, já agora, não esquecer que, à semelhança de São Tomé, no Príncipe houve um incêndio hoje e gostaria de deixar já o pedido feito no sentido de o Governo apoiar essas famílias que ficaram sinistradas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, já que se falou tanto de saúde, tenho um problema de compreensão em relação à cozinha hospital. A cozinha hospital que confecciona as refeições para os doentes e técnicos da saúde, vejo aqui no orçamento uma verba de 11 mil milhões destinados à compra de géneros alimentícios e víveres para confecção de alimentos. Este valor daria mensalmente cerca de 900 milhões de dobras, o que daria 30 milhões diários.

O Sr. Primeiro-Ministro de certeza que ouviu as reclamações dos técnicos da Saúde em relação à qualidade da alimentação que é confeccionada no hospital. Chegou ao ponto de um enfermeiro dizer que cada vez que recebia refeições deitava para o lixo. Portanto, há essa questão da qualidade de refeições que são confeccionadas e também há a questão higiénica na cozinha. É preciso resolver essa questão. Como o tempo é escasso, já numa determinada legislatura e num determinado governo de coligação, havíamos levantando o problema do chamado lixo hospitalar. Temos um problema grave no centro hospitalar com o chamado lixo e não vejo neste Orçamento qualquer verba para a criação do centro de tratamento desse lixo hospitalar, de forma a evitar outras questões. Assim, seria aconselhável encontrarmos formas de adoptar ao centro hospitalar uma verba para a criação de um centro de tratamento de lixo hospitalar.

Outra questão é que eu, o Sr. Primeiro-Ministro e muitos outros que vivemos no Bairro do Hospital temos um problema que nos preocupa que é a enfermaria infecto-contagiosa. Essa enfermaria está no centro dum aglomerado de população e à volta dessa enfermaria continua-se a construir casas e não têm controlo dos doentes que aí estão internados, circulam por todo o bairro. Isto pode pôr em causa a saúde não só do próprio doente como também das populações à volta desse centro. Sr. Primeiro-Ministro, eu gostaria de sugerir e irei preparar uma proposta para talvez dentro das infra-estruturas hospitalares que existem no País encontrarmos uma que possa servir para internamento desses doentes, retirando de lá aquela enfermaria.

Eu teria muitas outras questões relacionadas com o Hospital Central, mas há um problema que o Sr. Primeiro-Ministro questionou que é o problema de gestão de medicamentos e assim gostaria só de lhe dizer que o maior problema é que todos os medicamentos importados vão parar ao centro hospitalar. Era bom que criássemos ou retomássemos a central de medicamentos. Todos centros de saúde, hospital central,

centros de saúdes distritais iriam lá receber os medicamentos, com um dado concreto, dados estatísticos com informação e aí talvez haveria maior controlo do consumo de medicamentos.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves, para uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, antes de mais, gostaria de agradecer o Governo, através do Sr. Primeiro-Ministro, em nome do Grupo Parlamentar, pelo facto de nos ter concedido 10 minutos.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, trago algumas questões pontuais. A primeira, falou-se muito sobre o Arquivo Histórico. De facto, para quem visita o Arquivo Histórico, temos lá documentos em acervos que se não se fizer algo de forma urgente para digitalizar tudo corremos o risco de perdê-los, porque já não são manuseados. Daí que gostava de sugerir, porque quando o Arquivo Histórico foi criado tinha autonomia, tinha o seu orçamento próprio, que se encontrasse uma forma de dotar o Arquivo Histórico de seu orçamento próprio, para que pudesse digitalizar o mais urgente possível os documentos que se encontram lá.

Vejo aqui uma verba para o 3 de Fevereiro e a minha preocupação é que normalmente falamos de sobreviventes do 3 de Fevereiro nas vésperas desse dia e no dia 3 de Fevereiro, depois disso já não se fala. Que se encontrasse uma forma de ter uma dotação orçamental para que durante o ano se desse apoio a esses sobreviventes que são poucos e já idosos e assim seria necessário que se encontrasse um apoio.

Eu vejo com alguma preocupação os jovens à noite, muitas vezes, navegando na internet na parede do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nalgumas casas onde há internet, isto para o Sr. Ministro da Juventude e o Sr. Primeiro-Ministro. Julgo que se podia falar com a CST, e não teria custo para o Governo, para que instalasse ADSL na Praça da Independência, nalgumas praças dos distritos, de modo a permitir que os jovens possam navegar à vontade, porque navegam na escuridão, com grandes riscos. Podíamos encontrar essa alternativa de se ter algumas praças da juventude, de modo que eles pudessem navegar sem grandes custos.

Outra questão é a que a Deputada Elsa Pinto fazia referência. Está-se a falar da implementação do Centro de Estratégia da Violência Doméstica e não se fala da criação de um centro de abrigo. Temos constatado que depois de uma briga, as vítimas ficam atiradas à sua sorte. O Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica não tem capacidade para albergar as vítimas. Era necessário que se construísse um centro de abrigo e acolhimento para que nas primeiras horas de agressão, de violência, de conflito, se pudesse albergar as vítimas, para seguir psicologicamente, porque há muita gente que fica afectada psicologicamente e não há de facto um espaço para essas vítimas.

O Sr. Primeiro-Ministro falou aqui da CNN, do turismo e não há dúvidas de que São Tomé é um destino turístico por excelência. Gostava de saber o que é que o Governo pretende fazer com o hospital de Monte Café? Porque podia-se ter um hospital de referência para não só tratar os turistas, mas também outros que vêm visitar São Tomé e Príncipe, senão ter também um hospital de referência de carácter regional que traria mais-valia para a nossa economia e para o nosso país.

Queria também fazer uma extensiva a esta proposta dos sobreviventes, para que visse também aqueles que lutaram pela independência do País, como é o caso do D. Guadalupe, Oné e muitos que estão cá atirados à sua sorte. Que se encontrasse uma forma de dar um apoio a essa gente, evitando que quando morrem é que vamos com grandes elogios fúnebres, quando durante a vida quase não lhes damos assistência.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI):— Sr. Presidente, trago aqui uma questão, que o meu colega também fez referência, mas de forma muito suave, porque entendo que é uma questão que tem causado algum transtorno às pessoas e sobretudo aos doentes na Região Autónoma do Príncipe, como também alguma disputada entre o governo regional e o Governo Central, sobretudo o que diz respeito a verbas para costear essas despesas, despesas de evacuação dos doentes do Príncipe para São Tomé. Na rubrica 2401, está aqui junta para exterior. Há esta verba, mas para evacuação de doentes do Príncipe para São Tomé não há nenhuma verba alocada e não sei porquê.

Também no que diz respeito ao orçamento do governo regional, as verbas atribuídas também não têm uma rubrica específica. O que é que acontece? O governo regional reclama sempre que usa as verbas destinadas a outras acções para evacuar doentes para São Tomé, quando é da responsabilidade do Governo Central. Temos um hospital que não tem condições e quando os médicos deparam-se com situações que ultrapassam as possibilidades de serem tratadas no Príncipe, automaticamente transferem esses doentes para São Tomé e esses vêm num voo de carreira normal e o bilhete de passagem custa 5 milhões de dobras. Durante o mês, se calhar 10, 15 doentes vêm para São Tomé, é uma despesa enorme, percebemos mas não há uma medida concreta para podermos acabar com isto. Vai-se terminar a obra do bloco hospitalar, mas se calhar esse problema ainda continua, porque não haverá especialistas e equipamento suficientes para as pessoas serem tratadas no Príncipe.

Então quero saber realmente do Governo qual é o governo que tem essa responsabilidade? É o Governo Central ou o governo regional? Há sempre essa disputa e quando as pessoas vêm para São Tomé, muitas vezes, depois de serem tratadas, ficam aqui sem dia de regressarem, sofrem, e muitas vezes eu próprio já fui ao Porto de São Tomé conversar com os responsáveis do barco para ver se vão para o Príncipe. Sei que também o Governo já fez essa diligência, mas deveríamos ultrapassar isso. As pessoas vêm doentes e depois para regressarem têm que andar de porta em porta, temos que telefonar para os ministros, fazendo uma ginástica, para ver se conseguimos evacuar esses doentes. Daí que no orçamento não há uma verba específica. O governo regional também não tem e o que acontece é que depois vai usar o dinheiro para fazer outras acções, para financiar esse tipo de despesa.

Quando o Sr. Primeiro-Ministro fez a intervenção e se referiu às barracas que estão construídas aí ao lado do hospital, tomei nota e fiquei um pouco admirado com essa sua atitude, porque quando foi a altura de demolir a obra que a Câmara esteve a fazer em Oque Del Rei, o senhor foi tão rápido e actuou e com respeito a essas barracas o senhor vem pedir apoio de todos? Não percebo o porquê que enquanto Governo para um caso tem uma atitude e para outro tem outra.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, é de recordar que o MLSTP/PSD, neste momento, tem 4 minutos e 19 segundo, o ADI tem apenas 1 minuto e o Governo tem 34 minutos, o PCD tem 3 minutos e o Deputado do MDFM/PL tem 1 minuto.

Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro, para uma intervenção.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, venho cá só para responder ao colega Deputado do ADI que falou da minha intervenção sobre medicamentos. Como técnica que sou, tendo em conta o meu dia-a-dia no ramo da Saúde e a situação que vivo, pronunciei-me aqui sobre essa situação. Não é para fazer politiquice. Apenas isso!

Por outro lado, Sr. Primeiro-Ministro, como já está cá na Sala, continuamos a dizer que o Sr. Primeiro-Ministro fala muito que a prioridade é a saúde, mas se formos ver o Orçamento não podemos priorizar algo que para a sua execução de 1 ano temos itens com 1 milhão e tal de dobras, 2 milhões, 3 milhões e por aí fora. Se formos dividir por duodécimos, quanto é que dá para o funcionamento desta ou daquela área da Saúde?

A questão de medicamentos, Sr. Primeiro-Ministro, é uma questão que já advém. Recordo-me que no ano 2012 debatemos aqui a situação de medicamentos, só que ela ainda não está melhorada e a verdade tem que ser dita. Falei aqui da formação, da especialização dos técnicos, em que não há cabimento orçamental e trago uma proposta, porque no ensino interno de forma contínua temos um valor de 2 mil milhões de dobras. Não sei se desse valor pode-se tirar 200 ou 300 milhões para que os técnicos que vão fazer essas mesmas especializações possam sair do País. São formações que levam 2, 3, 4, 5 anos. Portanto, para este Orçamento podia-se dotar X e para o próximo terão que dotar também outra verba, para continuarem a formar-se no exterior, porque são formações que não se fazem aqui. São especializações, como está nas GOP, que precisamos para o País.

Também falei de transportes e o Sr. Primeiro-Ministro falou que há problema com os estudantes. Não queremos autocarros para nenhuma comunidade de Lobata, porquanto conhecemos as carências que o País vive. É de informar que o Distrito de Lobata não tem liceu e que os estudantes vão até o 9.º ano e depois têm que ir para o Liceu Nacional fazer o 10.º, 11.º e 12.º ano. Não vi neste Orçamento a construção de um liceu para o Distrito de Lobata.

É apenas isso que fiz referência.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine de Ceita.

A Sra. **Bilaine de Ceita** (ADI): — Sr. Presidente, tenho apenas uma pergunta de esclarecimento. Vejo na rubrica 4906 «formação e capacitação dos jovens empreendedores». Vejo também que já existe um outro montante afecto ao Ministério das Finanças, cerca de 22 mil milhões para o Projecto de Apoio ao Microcrédito Juvenil. Queria saber qual é a diferença desses dois projectos. Quem serão esses jovens empreendedores? São os mesmos que vão beneficiar do microcrédito? Eu sei também que há muitos jovens interessados e queria saber como vai ser gerida esta verba. Quem será os principais beneficiados e quais serão os critérios de atribuição desse microcrédito?

Verifico também outra situação. Há uma verba dirigida para o Dia Africano da Juventude que está na rubrica 4905 e mais em baixo existe uma verba para a Semana Nacional da Juventude e Semana Africana da Juventude. Portanto, 1 de Novembro é exactamente o Dia Africano da Juventude e, por isso, penso que há uma sobreposição. Esta verba do Dia Africano da Juventude, num valor de 200 milhões de dobras, deve ser retirada e transferida para outra rubrica. Essa é a minha sugestão para a campanha de sensibilização em saúde sexual reprodutiva, que vi nas GOP que é uma das prioridades deste Governo ao nível da juventude, mas que não tem verba inscrita para esta acção.

Só para concluir, gostaria também que o Governo fizesse mais um pequeno esforço e atribuísse também verba, nem que fosse pouca, para o associativismo juvenil. Foi atribuída uma verba para o Conselho

Nacional da Juventude (CNJ), penso eu, no valor de 100 milhões, mas penso que seria muito importante apoiar as associações individualmente, porque nem sequer estão inscritas no CNJ, têm as suas acções e precisam de ser desenvolvidas individualmente.

Só uma questão que é dirigida ao Sr. Ministro da Educação. Verifiquei que há uma verba para construção de jardim-de-infância em São Marçal. Penso que esse jardim já está construído e não sei se é reconstrução ou se é reabilitação, mas o jardim foi construído recentemente e eu queria saber o porquê desta verba.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, o seu grupo parlamentar dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, voltei a pedir a palavra porque a Sra. Deputada Maria das Neves levantou cá uma questão relacionada com o Ministério da Juventude e Desporto que é a questão de internet para os jovens, sugerindo a criação de algumas praças da juventude para que os jovens tivessem acesso a internet. Acredito que a Sra. Deputada Maria das Neves faz referência ao Distrito de Água Grande e gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer defesa do meu distrito, o Distrito de Cantagalo, sugerindo já ao Sr. Ministro da Juventude e Desporto que a vila de Ribeira Afonso, a Comunidade de Água Izé e a Cidade de Santana, pelo menos essas três localidades, pudessem beneficiar de internet ADSL para que os jovens pudessem usufruir desse bem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder das Neves.

O Sr. **Hélder das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, vim apenas para colocar três questões. Eu quero reforçar a proposta do Deputado Arlindo com relação à Delegação de Saúde de Lembá. Essa proposta para mim é muito importante, porque acho que é a segunda delegação de Saúde ao nível do País e há toda necessidade de poder dar atenção a essa situação.

Outra questão, Sr. Ministro da Educação, a Câmara de Lembá vê-se de braços atados com a construção de uma escola em Ribeira Funda. Em 2013, havia uma verba inscrita no orçamento da Câmara de 14 mil milhões, achou-se que essa verba ia cair, iniciou-se uma escola que iria levar cerca de 3 mil milhões, mas até então só caíram mil milhões de dobras e a tem essa escola por terminar. Acho que o Governo deveria fazer todo possível para ajudar a Câmara ou fazer cair a verba para poder concluir a escola.

Sr. Ministro da Juventude e Desporto, criou-se algumas delegações ao nível dos distritos com relação ao futsal e até então não se viu nenhum sinal de arranque do campeonato para essa modalidade. Espero que ao nível do desporto se faça alguma coisa para essas delegações.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, neste momento apenas o Sr. Deputado do MDFM/PL dispõe de tempo.

Sr. Primeiro-Ministro, é chegada a hora de o governo dar esclarecimentos e reagir a algumas propostas que foram feitas. Não sei se Vossa Excelência tem em mãos as propostas que foram feitas, mesmo quando esteve ausente. Há algumas propostas de alteração e gostaria que na sua intervenção e nas intervenções dos ministros das áreas, respectivas, pudessem reagir a essas propostas.

Todavia, tenho cá em mãos um resumo que me foi apresentado pela Sra. Vice-Presidente, em que se põe uma questão que seria bom colocar a Vossas Excelências e aos Srs. Deputados, que é a proposta de redução da verba numa rubrica do orçamento da Assembleia Nacional. É de recordar que o orçamento da Assembleia Nacional foi aprovado em sessão específica para o efeito e isso iria obrigar a uma nova rectificação do orçamento da Assembleia Nacional. Ponho essa questão em consideração, porque não me parece produtor ou correcto neste momento alterar o orçamento da Assembleia Nacional. Todavia, é uma questão que ponho à consideração dos Srs. Deputados.

Não sei se o Sr. Primeiro-Ministro põe à disposição dos grupos parlamentares mais algum tempo, mas que o Governo também não fique sem tempo.

Deviam responder às questões e depois faremos a gestão no fim.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Como entender por bem, Vossa Excelência.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é uma questão metodológica. Percebo que já não dispomos de tempo, mas o Governo, para dar resposta pontual a esta proposta, que também é pontual, parece-me produtor que nos pronunciemos em relação a ela. A questão que colocou relativamente à Assembleia Nacional.

Ao respondermos isso, ajudaria o Governo a responder pontualmente nessa análise na especialidade. Estamos na fase da especialidade e é preciso pontuar pelo menos aqueles valores que foram anunciados. Seria bom que, em relação à questão da Assembleia, antes do Sr. Primeiro-Ministro, usássemos da palavra.

O Sr. **Presidente**: — Peço uma reacção rápida dos Líderes Parlamentares, porque estamos perante uma questão que, do meu ponto de vista, não é correcta. O Plenário reuniu-se e aprovou o orçamento da Assembleia Nacional e o mesmo está aprovado com todas as rubricas. A alteração neste momento implica ter que o reapreciar e estaríamos a ferir o nosso Regimento. O Regimento obriga que o orçamento da Assembleia seja aprovado 30 dias, no mínimo, antes de aprovarmos o OGE, e esse orçamento está aprovado.

Eu só quero chamar a atenção dos Srs. Deputados para isso. Portanto, estamos em sede de discussão do OGE, não me compete retirar a palavra aos Líderes Parlamentares, daí que eu gostaria de ouvir os respectivos líderes.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, eu julgo que essa questão poderia ser discutida amanhã, na área económica. Hoje não tem enquadramento.

O Sr. **Presidente**: — É que se está a diminuir, não a acrescentar.
Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o móbil da minha proposta tem a ver com uma questão que me parece essencial para São Tomé e Príncipe. Entendo que o OGE, que é uma lei que vamos aprovar, está acima daquilo que vem no nosso Regimento. A lei está acima do Regimento, porém, entendo os possíveis constrangimentos, que ao aprovarmos isso, possa a Assembleia ter para tornar realidade e coerente esta decisão.

Quer dizer que há outros expedientes que vamos ter que fazer. Para evitar isso, eu sugeria que, na minha proposta, fosse retirada a referência feita à Assembleia Nacional. Quer dizer que esses apoios institucionais, tenho feito referência, penso que os senhores anotaram, que apenas fossem retirados da rubrica 2367...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, reaja apenas à questão da Assembleia Nacional, por favor.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Da Assembleia, fico de fora.

Quer dizer que o apoio institucional da Assembleia estará intacto por causa das questões que têm a ver com os expedientes posteriores. Portanto, a Assembleia não ficará incluída nessa lista.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção relativa a esta questão.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, acho que não há qualquer argumento lógico para alterar aquilo que já foi dito, no entanto, deixe-me dizer que devemos fazer propostas um pouco equilibradas, porque retirar por retirar não faz sentido. Se efectivamente esta questão é prioritária e tão importante como disse o proponente, devíamos ver com o Sr. Ministro das Finanças a hipótese de encontrar uma forma de alocar verbas na rubrica «Encargos gerais». Tirar 5% daqui, 10% dali, depois não se sabe como é que se está a tirar. Acho que na rubrica «Encargos gerais» se poderá encontrar uma forma de encaixar isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, em representação do Grupo Parlamentar do ADI.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, sobre esta matéria, tenho uma posição clara, e eu disse isso ontem. Há que haver uma justiça orçamental. Estamos a falar de uma verba específica, «Apoio institucional». Se se vai retirar de um outro sector, porque não retirar da Assembleia também?

O Sr. **Presidente**: — Convido agora o Sr. Primeiro-Ministro para fazer o uso da palavra.

Gostaria de recordar aos Srs. Deputados que, diferentemente dos outros sectores que estão a ser aprovados agora, o orçamento da Assembleia Nacional já foi aprovado. É só essa lembrança que quero fazer a todos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, durante esta segunda ronda de intervenções, os ilustres Srs. Deputados Gil Costa, Hélder Paquete, Abnildo de Oliveira, Carlos Correia, Alexandre Guadalupe, Isabel Domingos, José Diogo, José Manuel, António Barros, Arlindo Ramos, Carlos Pinheiro, Filomena Monteiro,

Bilaine Ceita, principalmente, fizeram várias intervenções, algumas delas, reveladoras de que não estavam cientes da explicação que foi dada pelo Governo quanto à questão do transporte escolar.

E o Governo disse o seguinte e é muito simples: o Ministério da Educação, de algum tempo a esta parte, de uns 2 ou 3 anos atrás, vem gerindo a questão dos transportes escolares com muita dificuldade. Não é sustentável, não é uma lamúria nem é uma falsa promessa, é uma constatação da evidência que hoje essa obrigação, digamos, no quadro do princípio de igualdade de acesso ao ensino, o Estado tinha dificuldade de poder satisfazer. Tinha, continua a continuar a ter e o Governo, o que é que encontrou como solução?

Fomentar transportes colectivos, de forma que no quadro da política da mobilidade o transporte escolar esteja inserido, para que todas essas dificuldades que existem de sustentabilidade do sistema de transporte escolar sejam resolvidas. Não se pode dizer outra coisa senão essa, como uma das medidas que o Governo encontrou para poder solucionar essa questão.

Há uma questão específica levantada pelo Sr. Deputado Mário Fernando, de Caué, ao qual eu respondi que, tendo em conta a especificidade disto, iríamos estudar para vermos exactamente como vir em socorro dessas crianças que vêm desde Ribeira Peixe, de Monte Mário, etc., para Angolares, para ter acesso ao ensino. Vamos ver como fazer.

Perguntem aos Srs. Presidentes das Câmaras que tiveram, digamos, a agilidade de poder tentar resolver esse problema, se não estão a braços com a gestão dos transportes, não só para crianças como também da sua própria comunidade. Têm problemas! É o que estou a pôr aqui, não em jeito de lamúria, não em jeito de que estou a chorar, não choro nada! Porquê chorar?

Risos.

Mobilizemo-nos todos para resolver problemas concretos!

Medicamentos. Sr. Deputado Arlindo Ramos, estou inteiramente de acordo com o senhor. Nós estamos aqui para reconhecer o que não está bem e como resolver. E claro que tendo, digamos, o sector infecto-contagioso, onde as pessoas deambulam, portanto, há uma grande possibilidade de propagação de doenças infecto-contagiosas.

A incineração dos lixos. Nós temos uma incineradora no Hospital Dr. Ayres de Menezes, mas era para colocar noutra zona, porque está muito próxima de um cabo de electricidade. Então, quando digo que encontramos como saída para isso a questão da requalificação do Hospital Ayres de Menezes, celebramos um acordo com o Instituto Valle-Flôr. Não é um milagreiro de todos os problemas, mas em termos de gestão de medicamentos e as preocupações que foram expressas aqui, encontrarão seguramente respostas nesse quadro.

Estou de acordo consigo quanto à questão de importação, mas reactivamos mesmo a questão da importação de medicamentos. Quero afirmar aqui que não há nenhuma sintonia entre aquilo que eu disse aqui relativamente à importação e a situação real que se vive no terreno. Disponibilizei, enquanto Governo, mais de USD. 600.000,00, no mês de Novembro – e posso provar aos Srs. Deputados, através da transferência bancária – para o IDA e para uma outra fornecedora de medicamentos, na sequência de uma análise que a Interpartidária que sustenta o Governo teve, uma intervenção crítica, para dizer «meus senhores isto está num estado que é preciso haver uma intervenção de emergência», as pessoas não estão de braços cruzados à espera ou a acariciar o Governo no sentido do pêlo, as pessoas estão atentas e criticam aquilo que não vai bem.

Temos que exteriorizar, mas há sessões de avaliação sobre o desempenho e a questão da Saúde foi uma delas, a questão dos transportes públicos para as pessoas foi outra. Portanto, encontramos a forma de disponibilizar esse dinheiro, há uma parte de medicamentos que virá por via marítima, mas há uma parte que chegou, eu tenho todos os *e-mails* trocados com o Sr. Ministro. Fizemos um cordão à volta do Sr. Ministro da Saúde e Assuntos Sociais, daquela altura, com o Dr. Edgar Neves, com o Dr. Lima e o Dr. Hilário Carvalho e a Sra. Guiomar, que era a responsável.

Fizemos o trabalho e seguimos à risca. Até me disseram que os aviões são muito mais caros, portanto, é essa a nossa triste realidade, mas tínhamos que pagar. Agora, Srs. Deputados, eu acredito naquilo que dizem piamente, se continua a haver falta cruel de medicamentos, eu convidaria Vossas Excelências a confrontarem o sistema do Ministério da Saúde, portanto, que apresente efectivamente o que importou, qual é a quantidade, que doenças é que foram tratadas e para onde é que foram os medicamentos.

Hoje, devido a partida do Sr. Ministro da Saúde, enho o pelouro, até que se indique um novo Ministro, da Saúde e estou disponível 24 por 24 horas, para esclarecermos totalmente esta situação. Continuo a dizer, não faço política com isto! Temos que resolver esse problema.

Quando eu fazia alusão à questão das barracas, não estou a polemizar, estou positivamente surpreendido com o nível, estamos cansados, evidentemente, dos debates aqui nesta augusta Assembleia, houve algumas intervenções que me beliscaram, mas não cedo à tentação dos Srs. Deputados. Não vou por aí, Srs. Deputados. Porque esse episódio da demolição e tudo, eu fui acusado gratuitamente, eu não mandei absolutamente nada. As instituições funcionaram! Lamento, não quero cá polemizar isso, mas as barracas, o que eu quero dizer aos Srs. Deputados, quer seja este Governo, quer o outro, enquanto país que quer, por exemplo, construir um hospital de referência, estamos nessa lógica.

Eu disse que em Taipé, na viagem oficial que fiz, acordamos com o governo taiwanês a construção de um hospital de referência em São Tomé. Portanto, isto para responder a uma preocupação que foi levantada aqui pela Sra. Deputada Maria das Neves. Um hospital de referência! Estamos no Golfo da Guiné, temos uma posição geoestratégica extremamente importante, esse hospital, para além de poder contribuir para o reforço da nossa capacidade sanitária, também pode servir para acolher outras pessoas que vêm de outras paragens.

A questão de formação, Srs. Deputados, o Estado tem a obrigação de formar gente e também queria a este nível lançar outro repto aos Srs. Deputados que é a discussão sobre o ensino de formação superior em S. Tomé e Príncipe e a qualidade dos formados que lançamos para o mercado de trabalho. É uma questão que me preocupa seriamente, porque para mim não me interessa a quantidade, sobretudo a qualidade. Podemos fazer muito mal a este país se não nos curarmos de ter o ensino superior de qualidade, porque só quantidade não basta. Sim senhor é uma coisa a todo o título louvável, que haja uma afluência das pessoas hoje a busca de conhecimento. O País ganhará com isso, quanto mais pessoas formarmos é melhor, mas temos que ter em atenção que não podemos formar pessoas só por formar. É preciso que essas pessoas estejam efectivamente formadas para que estejam em altura no exercício da sua profissão, em melhores condições.

O Sr. Deputado José Manuel falou da sociedade de informação, falou do INIC que é um Instituto que existe que está adstrito ao Gabinete do Primeiro-Ministro, de que ele é funcionário, fala com conhecimento de causa e propriedade. Hoje a questão da sociedade de conhecimento é extremamente importante, não há nenhuma sociedade que se desenvolva hoje na era digital, sem que efectivamente essa questão de intercomunicabilidade, da forma como se expos aqui, estejam resolvidas. Estou absolutamente de acordo que há ilhéus, mas é uma questão que se aresta há algum tempo.

Eu tenho perguntado a mim mesmo, tenho o pelouro do INIC, conversei com vários responsáveis do INIC, há no Programa do Governo um capítulo relativamente a essa questão da sociedade de conhecimento, mas não tiramos o melhor partido daquilo que existe. Há um financiamento de Taiwan e é na base desse financiamento que funciona o INIC. Temos que ter efectivamente essa agilidade para vermos exactamente como reagrupar as coisas, de forma que haja o melhor funcionamento dessa ferramenta extremamente importante. Estou de acordo consigo, as coisas não funcionam da melhor forma, é preciso harmonizarmos, digamos assim, tudo aquilo que existe disperso ao nível dos diferentes ministérios.

Sobre a informatização dos serviços de Registos, sou céptico. Devo dizer que desde 1996, quando era Ministro da Justiça, fiz uma viagem oficial a Portugal que se disponibilizou para que digitalizássemos todos os livros de nascimentos que temos. Hoje há uma confusão tremenda, há falsificação de documentos que é uma coisa doida. O nosso país está desacreditado pela prática corrupta de algumas pessoas, relativamente aos elementos de identidade, passaporte, certidão e por aí fora. Isso tudo, meus senhores, faz com que tenhamos a classificação do País ao nível do desenvolvimento humano, que tenhamos uma nota mais baixa, porque exactamente é a esse nível que situa aspectos de corrupção.

Claro está que às vezes, desavindos, falamos da questão da corrupção, é necessário combater a corrupção com toda energia, mas fundamentalmente a modernização da Administração, acho que não o fizemos até, falamos disse tantas vezes. Temos hoje ao nível da Administração um efectivo plétórico, temos gentes da administração que o Estado não pode comportar, metade das receitas do Estado é para pagar salários. Como é que é possível? Estamos desestruturados. Isto é um problema que não pode ser de um governo, nem deste, nem doutro e nem do futuro. Temos que encontrar uma saída para isto, e estou a pôr o dedo na ferida.

Aplausos do ADI

Vamos ver como fazer com que o nosso país funcione de uma forma melhor.

As escolas que se encontram a chover, é necessário que encontremos a forma de poder tapá-las. Havia um projecto espanhol que levava a energia para as escolas através de painéis solares, acho que temos que estender isso por todo o País. Temos um compromissivo nas nossas localidades e nos nossos distritos para aliviar o sofrimento dessa gente toda. As crianças não podem, quando estiver a chover, estar num recinto completamente alagado. Vamos ver. É que são muitas coisas ao mesmo tempo. Acho que os Srs. Deputados fizeram muito bem em ter levantado essa questão e vamos tentar efectivamente debelá-lo.

Sobre o Hospital Manuel Quaresma Dias da Graça, o bloco do Príncipe, Sr. Deputado Pinheiro, foi desbloqueado 30% do valor global da obra do orçamento anterior para execução dessa obra. Tal como ficou aqui dito uma vez, há um médico guineense que contratamos para ficar no Príncipe, sobretudo em matéria de traumatismo, justamente para evitar o problema de evacuação sanitária. Também decidimos comprar um equipamento para poder fazer chapa, pelo menos no primeiro atendimento, para que o médico saiba exactamente qual é a gravidade do traumatismo que tem o paciente, antes de evacuar e sobretudo localmente resolver esse problema. Estamos longe de encontrar solução, a solução não está aí, precisamos ir um pouco mais.

A questão dos encargos que está no orçamento do Ministério da Saúde, a verba para suportar esse encargo, é verdade que a Região, perante uma situação de emergência, paga as passagens, mas

regularizamos. Há dívidas que o Governo Central tem que assumir, sobretudo quando há evacuação de regresso, quer pela via marítima quer aérea, mas o senhor está certo quando diz que as pessoas ficam aqui por muito tempo. Já houve vários conflitos, a gestão do barco Príncipe diz que não leva as pessoas, elas ficam lá e as vezes há situações que são as mais desejáveis. Pessoalmente, já tive uma intervenção para dizer primeiro leva os doentes e depois a gente discuti o resto. Temos que ir melhorando isso tudo e trabalhando no sentido de minimizar todas essas questões.

Ouvi a pessoa com conhecimento na matéria, o Sr. Deputado Hélder Paquete, falar sobre o desporto nacional. Quero dizer que não desistimos, adiamos a nossa vez para permitir que, em 2016, recebamos os jogos da CPLP com maior dignidade. Não estávamos preparados e não foi por má vontade! É verdade quando diz que ao acolhermos criamos uma maior visibilidade para o País. Essa questão mesmo no nosso seio não foi pacífica, mas a decisão maioritária é que prevaleceu, no sentido de passarmos a mão a Angola. Fizemos esse expediente, para que eles organizassem, para que tivéssemos tempo para organizarmos em 2016.

Claro está, temos que nos preparar convenientemente para receber esses jogos com dignidade. Se acolhêssemos esses jogos e puséssemos as pessoas a viver nas escolas, não seria justo. Já ouvi muita reclamação relativamente àquilo que se fez num país irmão, por isso é que decidimos não organizar e passar a mão, depois organizar em 2016 em melhores condições.

Desporto escolar, há efectivamente no OGE verba, digo possível. Há realizações em que as verbas estão a título indicativo, o montante é insignificante. Não se vai fazer um estádio, como é óbvio, com mil milhões de dobras. Há o campo da ex-Sinécia que está num estado calamitoso e que dissemos que temos que concluir, porque se deve as pessoas, há muita dívida, e eu já não quero polémicas.

Risos e aplausos do ADI

São dívidas que herdamos e é a continuidade do Estado, estão lá e temos que fazer. O individuo que ganhou o concurso diz: «não continuo a obra se o Estado não pagar».

É como a estrada nacional n.º 3, que falou o Sr. Deputado Alexandre. Meus senhores, eu circulo e faço um estudo. Muitas vezes vou a Bobó Foro, passando por Água Porca...

Murmúrios e protestos do ADI.

É verdade! Mas vocês sabem quanto é que se deve à empresa que está a fazer aquilo? Muito dinheiro! Pagámos uma parte.

Murmúrios

Pagar com o quê? Se pagarmos, como vamos reparar as escolas, como é vamos continuar a pagar bolsas de estudo às pessoas? Há vontade de se poder fazer, vamos fazer com aquilo que temos! Temos que resolver os problemas que são cruciais. Na hierarquia da importância dos problemas, temos que procurar solução. Digo-vos com toda franqueza que não é isso que me atemoriza.

Eu disse que ia informar ao povo. Eu não vou escamotear nada, hoje temos a possibilidade de ter um financiamento e vocês já viram aqui que o que é interessante é fazer a gestão criteriosa e transparente desse financiamento, para que os problemas mais prementes que a população tem possam encontrar solução. Quem virá, seja quem for, continuará, o nosso propósito é exactamente resolver esses problemas todos que foram evocados aqui.

O Estádio de Folha Fede, fui lá e falei com o Sr. Armando Correia. Já temos problemas de infra-estruturas, temos que procurar acarinhar as que existem, fazer a manutenção e temos exactamente nessa lógica de paulatinamente ir resolvendo os problemas cruciais que tem o País.

Portanto, Srs. Deputados, eu não quero ser mais longo, há questões específicas que foram colocadas aqui, os Srs. Ministros, quer da Educação, quer do Desporto, irão responder.

Genericamente, é o que me coube dizer e muito obrigado pela vossa atenção.

Murmúrios.

Sr. Presidente, foi-me colocada uma questão a qual eu posso...

O Sr. **Presidente**:— O Sr. Primeiro-Ministro reagirá à questão se quiser, não tem a obrigação, porque o Sr. Deputado que falou não tem direito a palavra, porque eu não concedi.

O Sr. **Primeiro-Ministro**:— Sr. Presidente, voluntariamente, respondo à questão e agradeço. Eu não tenho qualquer complexo relativamente a esta questão. Aliás, continuo a dizer-vos com a mesma prontidão e mesma firmeza que levaremos esse processo de transparência na gestão da coisa pública até ao fim.

Portanto, ontem foi invocada aqui a forma como devemos densificar esse conceito de apoio institucional, para evitar eventuais derivas, e teremos muitas. Acho que o que se disse aqui, o que é importante é que houve uma pronta reacção para mostrar exactamente qual é o caminho e qual é o modo.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Primeiro-Ministro, temos a necessidade de o Governo reagir ou dar explicações sobre algumas propostas de alterações concretas que foram apresentadas e gostaríamos que o próximo orador membro Governo pudesse dar-nos o ponto de vista dessas propostas, se há aceitação ou não e se o Governo tem uma outra proposta para dar resposta às propostas dos Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**:— Sr. Presidente, se me permite, convidaria o Sr. Ministro da Educação a fazer o uso da palavra.

O Sr. **Presidente**:— De recordar que o Governo tem apenas 11 minutos.
Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. **Ministro da Educação e Cultura** (Jorge Bom Jesus): — Eu gostava de cumprimentar o Sr. Presidente e, por extensão, a augusta Assembleia.

Eu gostava também de agradecer as várias contribuições e propostas que foram feitas, tomamos muito boa nota.

Há questões que são de foro estrutural e outras que foram levantadas aqui também que são de facto da actualidade, como é o caso do Curso Nocturno que neste momento está paralisado por questão ligada aos professores.

Há questões que são transversais, eu gostava também de responder de forma transversal, porque não dispomos de muito tempo.

Portanto, houve uma preocupação com a Educação e a Cultura, que são dois sectores essenciais para alavancar o desenvolvimento deste país, uma aliança que é natural e perfeita, sem a qual não podemos fazer avançar todo o resto. Diz-se que a Cultura cria e recria, a Educação organiza, sistematiza e veicula de geração em geração. Portanto, é um sector extremamente importante e fico contente por começar-se a desenhar neste País este espaço de consenso.

De facto, não podemos fazer política e politiquice com Cultura e Educação. Há evoluções ao nível desses sectores e não sou eu que o digo, há uma publicação recente de Junho de 2013, uma avaliação externa de UNESCO – Dakar que fez o diagnóstico do sistema educativo nacional. Portanto, é um documento que eu depois poderei pôr à disposição das Sras. e Srs. Deputados.

De facto, desde o limiar do milénio, 2001, em Dakar, que começamos a aderir àquilo que é a tónica universal, abraçamos a reforma da escolaridade básica obrigatória e universal.

Em 2015, o inquilino que estiver na Educação estará presente em Seul para fazer o balanço dos objectivos do milénio e sobretudo o balanço da Educação Para Todos (EPT). Dos seis objectivos, permita-me que vos diga, e eu acho que deve constituir orgulho nacional, não obstante muito trabalho que terá que continuar a ser feito, estamos bem ao nível de acessos. De facto, não se pode falar da qualidade, se não colocarmos as pessoas em primeiro lugar dentro da escola. Neste momento, temos dados invejáveis ao nível internacional, sobretudo ao nível africano, relativamente ao acesso. Em muitos casos já ultrapassamos a meta, sobretudo indicadores de taxa bruta 100% em termos de acesso. Hoje temos quase todas as crianças em idade escolar na escola, naturalmente que isso provoca pressão.

Outro dado importante, ao nível da paridade de género, estamos muito bem, tanto as meninas como rapazes estão nas nossas salas, contrariamente a muitos países.

Outro dado importante, ao nível da alfabetização, pesada herança, pesado legado colonial em 1975, eram 80% de analfabetos nesse país. Hoje os dados, ao longo dos 38 anos, estamos a 12% e o objectivo é dentro de 1 ano baixarmos para menos de 2 dígitos, portanto, atingirmos 1 dígito. Portanto, são dados importantes.

Agora, temos que reconhecer algumas fragilidades, desde logo ao nível da qualidade, falou-se muito da qualidade. A qualidade é uma meta flutuante, é uma meta dinâmica, que altera em função das exigências do próprio processo de desenvolvimento. Portanto, quanto mais se desenvolve, mais alta colocamos a bitola da qualidade e tem a ver com muitos parâmetros, desde logo a qualidade dos professores.

Toda gente conhece a história desse país, desde 1975 trabalhamos com professores sem formação, os ditos professores estudantes. Naturalmente que os investimentos têm sido muito mais incisivos para, digamos, garantirmos primeiro a capacitação dos professores em exercícios. Temos professores ainda com 8.^a e 9.^a classes, naturalmente são professores que têm muitos e muitos anos de experiencia, temos que os capacitar. Portanto, formação inicial, formação continua, formação em exercício ao longo da vida.

Quando vejo esta Augusta Assembleia e eu próprio, somos devedores daquilo que foram os investimentos ao longo dos 38 anos, porque na altura, em 1975, apesar de relativamente novo, lembro-me que diziam que tínhamos um punhado de quadros médios e talvez uma dezena de quadros superiores, salvo raras excepções. Portanto, acho que a Educação deve constituir um espaço de orgulho nacional e de consenso.

Ao nível da Cultura, estou perfeitamente de acordo quando dizemos que a Cultura é o rosto visível da alma da Nação, naturalmente é a grande bandeira, mas ela deve transformar-se em realidade. É um bocado como Turismo também, sempre foi prioridade nos sucessivos governos, sempre foram sectores bandeiras, mas quando vemos de

facto o financiamento da Educação e da Cultura, naturalmente estamos diante de um elefante e uma formiga. Daí que, reconheço de facto e agradeço o apoio no sentido de vermos aumentadas receitas ou investimentos da Cultura.

Falou-se do Arquivo Histórico, hoje não podemos confinar a cultura unicamente um espaço de folclore e da tradição, é muito mais do que isso. Hoje falamos de guias criativas e tudo isso, mas enfim...

O Sr. **Presidente**:— Sr. Ministro, só...

O Sr. **Ministro da Educação e Cultura**: — ...vou responder de forma...

O Sr. **Presidente**:— Não, é para ajudar. É que os minutos estão a se esgotar e relativamente ao seu sector há algumas propostas concretas. Eu gostaria que...

O Sr. **Ministro da Educação e Cultura**: — Estou de acordo, se relativamente aos 10%...

O Sr. **Presidente**:— Eu queria apenas que o Governo reagisse em relação a isso.

O Sr. **Ministro da Educação e Cultura**: — Estou perfeitamente de acordo, até porque beneficiaria naturalmente o Arquivo Histórico e tudo que se disse cá a favor do sector da Cultura e acho que têm o Programa de Investimento Público diante de vós e podem ver, no cômputo geral, os investimentos da Cultura, aquilo que está espelhado não ultrapassam 3 a 4 mil milhões. Não se consegue fazer cultura com tão pouco, estou perfeitamente de acordo.

Falaram do Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE), este programa figura no Orçamento, temos no sector da Direcção da Administração Escolar (DAE), na página 31 «financiamento às cantinas escolares» há 5, 7 mil milhões de dobras e há 2, 7 mil milhões de dobras.

Falou-se da «Escola Mãe Clara», colocamos de facto 4 mil milhões, porque uma parte da escola desabou, só os técnicos é que nos poderão dizer se de facto será uma reabilitação ou uma construção. Portanto, entendemos da pedagogia didáctica.

Relativamente à fiscalização, penso que é transversal, foi aqui falado da necessidade de sermos mais acutilantes ao nível da fiscalização.

A greve dos professores, na semana passada estive reunido com o Sindicato, no Conselho de Ministro de 26 de Dezembro, aprovamos o decreto-lei de revisão do Estatuto de Careira Docente que sustenta toda alteração, os aumentos de 10% a partir de Agosto, as horas de sábado. Relativamente às horas de sábado, quero dizer-lhes que em Dezembro essas horas foram pagas, portanto as 16 horas que são horas extraordinárias de sábado, tenho confirmação do Ministério do Plano e Finanças. Todavia, há outros aspectos que têm que ser suportados pela lei, a reforma dos professores com todo salário de base, há uma série de aspectos que teremos que ver.

Em relação ao curso nocturno, não falarei do transporte escolar, mas o curso nocturno está mais ou menos ligado, podemos comparar, é o problema de recuperação de custos, o problema da social-democracia, problema de recuperação de custos para tornar sustentável. Nesse momento, estamos a fazer um trabalho, depois vou pôr à vossa disposição o relatório que pedi, porque ainda esta semana vou-me reunir com os professores do curso nocturno e também a Direcção do Orçamento, para ultrapassarmos o problema.

Como dizia, a questão da recuperação de custo, tenho o despacho que tinha feito na altura para actualizar, em 2009, a tabela do curso nocturno. Estamos a falar que em 2009 5.^a e 6.^a pagam 30 mil dobras, 7.^a e 8.^a pagam 50 mil dobras e 9.^a classe 50 mil dobras. Eu poderia ser muito mais longo, mas podem ver o que isto significa. Este ano, no total, aquilo que entrou nos cofres da Educação, ao nível dos fundos internos, totalizam qualquer coisa como 500 milhões de dobras e estamos a falar de cerca de 600 professores do curso nocturno.

Os valores que arrecadamos dariam, sem outros custos adicionais, para pagar entre 150 a 200 professores e faltaria o resto. Depois o curso nocturno tem um outro problema, temos estado a ministrar nos mesmos moldes do curso diurno, como se fosse uma extensão do curso diurno. O estudante trabalhador tem especificidades. Começamos uma experiência inovadora que é colocar o 10.^o e o 11.^o ano profissionalmente qualificante para começarmos a fazer a revisão curricular e diversificar um bocado a oferta ao nível do curso nocturno.

Houve uma questão que acho que importa responder rapidamente, relativamente a algumas formações que estão a ser propostas ao nível de mestrados e doutoramentos no ensino superior e, sobretudo, ao nível do ISP. Portanto, tenho esses dados disponíveis, que são os mestrados e doutoramentos que o ISP tem estado a ministrar em parceria. Foram feitos 76 mestrados em várias áreas e este ano entregamos os diplomas, isto é do conhecimento público. Os mestrados foram feitos em parceria com o Instituto Superior Politécnico de Bragança e o que o ISP faz é garantir o alojamento, transporte e criar as condições logísticas; todo o resto tem a ver com Bragança.

Ao nível do doutoramento é com a universidade de Lisboa e, sobretudo, com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, nos mesmos moldes. Portanto, todo o diploma e os currículos dependem dessa parceria.

O que faz a Educação é, a verba que está consignada para as bolsas externas ou interna, os utentes as requerem e fazemos a distribuição, em função da análise. Isso foi feito em relação aos mestrados, há grupos que vamos apoiar com 30%; outros com 40%. Portanto, esses cursos de mestrado são cursos de 2 000 euros, alguns mais baixo. É isso que vamos fazer, em função dos pedidos que forem formulados. Mas não é ao nível desses cursos em parceria com o Brasil, este ano, ao nível do PEC-PG, que são as bolsas de mestrados e doutoramentos, mas aí a inscrição é *on-line*.

Ao nível de Portugal tivemos 10 bolsas de pós-graduação este ano, três para doutoramentos e sete para mestrados.

Portanto, é uma política de graduação para criarmos condições para o funcionamento da universidade pública e podermos criar uma massa crítica ao nível do País. Acho que já formamos ao nível dos bacharéis e licenciados, agora importa investirmos um pouco mais nas especializações e podermos estimular a investigação.

Falou-se aqui também ao nível da medicina, termino por aqui porque não vou poder responder a tudo. Neste momento, os estudantes que estão em Cuba, sobretudo os de medicina, cerca de 45, estamos a estudar com Cuba a possibilidade de poderem especializarem-se nos mais variados ramos, porque não podemos, de forma eterna, depender dos quadros de outros países que vêm para São Tomé.

Portanto, há algumas perguntas que poderei depois responder bilateralmente, vou deixar algum tempo para o meu colega...

Murmúrios e risos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Lamentavelmente o seu colega não tem mais hipótese de poder pronunciar-se, porque o Sr. Ministro falou para além do tempo que foi concedido ao Governo, mais 6 minutos. Só não o interrompi, porquanto pareceu-me interessante a explicação que dava.

Neste momento, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, não dispomos mais de tempo e proponha ao Plenário que adoptássemos mais 30 minutos de forma a permitir que o Governo pudesse responder a algumas questões que foram colocadas e que, desses 30 minutos, déssemos 15 minutos ao Governo e, sem obedecer ao princípio da proporcionalidade, os 15 minutos restantes para as eventuais questões que cada um dos grupos parlamentares gostariam de apresentar.

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Não, não!

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**: — Desculpem, não entendi...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — 15 minutos ao Governo e ponto final!

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Há uma proposta de apenas 15 minutos para o Governo e mais nada. Os Srs. Deputados estão de acordo?

Murmúrios gerais.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — 15 minutos ao Governo e dos restantes 15 minutos, 5 para cada grupo parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, 15 minutos para o Governo e 5 minutos distribuídos para cada grupo parlamentar, caso seja necessário.

Afirmaram, acenando com a cabeça.

Sr. Primeiro-Ministro, o Governo dispõe de mais 15 minutos para que os Srs. Ministros passam fazer os esclarecimentos necessários.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, indicarei o Sr. Ministro da Juventude e Desporto, para fazer o uso da palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra para a sua estreia na Casa Parlamentar e damos as boas-vindas.

O Sr. **Ministro da Juventude e Desporto** (Danilson Cotú): — Sr. Presidente, já que é a minha estreia aqui enquanto Ministro, permita-me saudar a todas as Sras. e Srs. Deputados e desejar bom ano. Procurarei ser breve nas respostas a algumas questões que têm a ver com o dia-a-dia do Ministério que tutelo.

Tentei organizar as perguntas que foram colocadas, porque muitas delas vêm no mesmo sentido e começaria por explicar a questão do projecto de inclusão digital. Tivemos alguma atenção às estatísticas, que apontavam para um número muito elevado de jovens que não têm conhecimento, primeiro, de informática e, segundo, em consequência dessa primeira constatação, não têm a possibilidade de aceder à internet.

Daí que entendemos preparar esse projecto de inclusão digital que passa, concretamente, por duas fases: criação de condições para formação em informática para jovens de São Tomé e do Príncipe e, na sequência disso, disponibilizar condições de acesso à internet a esses jovens, porque aqui percebemos que existe uma percepção um

pouco errónea em termos de alguns jovens que usam a internet de alguns espaços de forma pouco digna, mas esse número não é muito expressivo, ronda qualquer coisa como 4 ou 5% da juventude.

Então, conhecendo a importância que esse instrumento tem para a formação dos jovens, entendemos apostar neste projecto. É óbvio que pretendemos que ele seja um projecto nacional e temos que encontrar formas para distribuir esses centros por todo o País. Só que há um «porém», temos que ir em fases, é óbvio. Então, vamos começar a dar atenção às localidades onde existem maior concentração de jovens e por aí em diante vamos levando aos poucos.

Queria agradecer as Sras. e Srs. Deputados que fizeram menção à questão do apoio ao Conselho Nacional da Juventude, é sim uma preocupação que tivemos. Alguns disseram que é pouco o valor, entendemos, entretanto, sendo uma primeira experiência nesse sentido, entendemos ser prudente avançar com este valor e, de acordo com aquilo que vier a ser o desempenho do próprio Conselho, poderemos desafiar futuramente o aumento do mesmo. Da mesma forma que, creio que será pela primeira vez, o Governo de São Tomé e Príncipe disponibilizará algum apoio institucional ao Comité Olímpico. Noutros países, pudemos constatar isso, o Estado financia o comité olímpico, mas em São Tomé e Príncipe tal não acontece. Então assumimos o desafio de, pela primeira vez, disponibilizar-lhe algum apoio, do mesmo jeito que também estamos a estimular a prática do desporto paralímpico. Digo «pela primeira vez» de acordo ao *feed back* que fui recebendo de alguns sectores. Portanto, estamos a procurar olhar para o desporto de outra forma.

Na base da parceria e dessa proximidade que estamos a criar com o Comité Olímpico São-tomense, entendemos que poderemos conseguir sim, em parceria, algumas mais-valias para o desporto nacional. Só que, como entenderão, é um processo que vai exigir muito diálogo e muita parceria e, quanto a isso, do nosso lado, não tenham dúvidas, temos elementos de sobra nesse sentido. Estamos abertos e vamos continuar a trabalhar em parceria com o Comité Olímpico.

Respondendo à Sra. Deputada Elsa Pinto, devo agradecer-lhe pela chamada de atenção à necessidade de construção de infra-estruturas desportivas. Realmente isto constitui a nossa preocupação, estamos a equacioná-la e acredito que, após a aprovação do orçamento, poderemos já começar a dar passos nesse sentido. Como hão-de entender, não será de um dia para outro, mas vamos ter que começar por algum lugar.

O Sr. Deputado Abnildo fez menção à questão da verba para o empreendedorismo, neste caso o microcrédito. Sabe, não queria invocar o passado, porque ele já se foi, mas percebemos que não se teve em conta alguns elementos que são fundamentais e creio que aqui já estarei a responder também a Sra. Deputada Bilaine, porque antes de disponibilizarmos uma verba para microcrédito, a condição *sine qua non* deve ser a formação.

Daí que contactamos o Centro de Formação Profissional de Budo Budo, que está disposto a proporcionar formação em gestão de pequenos negócios, de modo a capacitarmos as pessoas que vão receber esse apoio, senão as pessoas poderão receber esse dinheiro e canalizá-lo para outros fins. Conhecemos a realidade do País e não é esse o propósito do Governo. Portanto, vamos disponibilizar a formação e seguidamente avançaremos na questão do próprio microcrédito e, neste caso, o Ministério da Juventude e Desporto estará ligado ao Ministério das Finanças e iremos trabalhar juntos nesse sentido.

Sobre o estádio ou o campo de futebol da Trindade que o Sr. Deputado Ayres perguntou, isto está inscrito e não queremos que seja mais uma obra inscrita.

Murmúrios do Sr. Deputado Ayres Major.

Não, esse termo «mentir» é muito agressivo. Temos essa preocupação e voltamos a pensar num estádio de futebol, mas estou certo que essa promessa não será falsa, porque queremos mesmo fazer um estádio de futebol e com um detalhe: já conversamos com os dirigentes do Trindade Futebol Club, temos essa abertura também da parte deles e vamos trabalhar juntos para materializar esse sonho e quem sabe desta vez os jovens da Trindade vão ter um espaço de futebol condigno.

Sr. Deputado Alexandre, não correria o risco de retirar aos jovens da Trindade o seu campo de futebol, fazendo aquele casamento ao campo de Folha Fede. Cada coisa a seu tempo e poderemos ver com o Comité Olímpico como resolver a questão de Folha Fede.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Muito bem, Sr. Ministro! Isso é que é Ministro!

Risos gerais.

O Sr. **Ministro da Juventude e Desporto**: — Quanto à pista de tartã que o Sr. Deputado Abnildo perguntou, bem, entendo como legítima a preocupação, porque também é nossa, mas deixe-me frisar que essa questão já se vem arrastando há muito tempo e às vezes a prudência aconselha-nos a sermos mais estratégicas e deixar a pergunta para outra pessoa e não a nós directamente, porque o senhor é conhecedor do problema e creio que não foi muito justo da sua parte colocá-la do jeito que o fez. Mas deixe-me dizê-lo que estamos a trabalhar seriamente nesse sentido, porquê?

Porque já fizemos um contacto com a Federação São-tomense de Atletismo, que nos informou que, creio eu, em 2011 houve uma manifestação de interesse da Fundação Internacional de Atletismo em apoiar e, da informação que obtive, é que faltou da parte do governo de então endereçar uma carta oficial a francês, porquê? Porque parece que

tinha apresentado uma solicitação em língua portuguesa, eles não aceitaram e queriam algo em francês. É essa informação que me foi passada.

Quero dizer-vos que estamos a retomar isto...

Murmúrios do ADI.

Meus senhores, temos que entender que a língua de São Tomé e Príncipe, creio eu, nas Nações Unidas é o francês. Não sei se estou a falar alguma besteira!

Murmúrios gerais.

Mas acho que não custaria nada fazer uma carta. Eu faria, se fosse o caso. Estou disposto a fazê-lo e estamos a tentar trabalhar nesse sentido, para que se consiga resolver essa questão, não obstante outros expedientes que temos em vista.

O desporto escolar. É óbvio que o valor não responde às nossas expectativas, mas temos que entender que é uma questão de dividir...

Murmúrios do ADI.

...não, vamos trabalhar em parceria, existe um projecto de desporto escolar em que a CST também entra. Portanto, a CST também vai apoiar e entramos com um apoio e é neste quadro que este valor se encaixa, porque a CST está aberta a entrar com equipamentos e alguns materiais e nós, o Governo, vamos entrar com esse valor para poder completar o valor em falta. Queríamos mais, mas é isso que está acertado e ainda neste mês de Janeiro vamos começar a trabalhar no sentido do relançamento do desporto escolar.

Para dizer à Sra. Deputada Bilaine que a questão de como vai ser o processo do microcrédito, a senhora também vai ser chamada a trabalhar nesse sentido, portanto...

Risos da Sra. Deputada Bilaine Ceita.

...queremos que seja um projecto amplo, mas que não seja algo como produzir uma lista com os nomes das pessoas com valores ao lado e dizer «vá lá fazer pequeno negócio». Nada disso! Temos que trabalhar projectos sólidos no sentido de que esses investimentos venham proporcionar mais-valias ao País e, conseqüentemente, à juventude.

Não sei se deixei alguma pergunta por responder, mas aproveito para agradecer pela vossa atenção.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, não sei se há ainda mais membros do Governo que se devem pronunciar.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Por este instante não, estaríamos eventualmente à disposição, caso for necessário mais esclarecimentos.

O Sr. **Presidente**: — Os grupos parlamentares dispõem de 5 minutos e não sei, Sr. Deputado Delfim Neves, se o seu quer fazer uso da palavra.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Tomará a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, costuma dizer-se que os últimos são os primeiros e queria colocar uma questão que já foi discutida há muito tempo e que foi levantada pela Sra. Deputada Elsa Pinto, quando falou do concurso «Misse São Tomé e Príncipe». Segui com muita atenção aquilo que disse a Sra. Deputada e falo agora para o Governo.

Elegemos uma misse São Tomé e Príncipe e o comité organizativo conseguiu já a sua inscrição no concurso «Misse São Tomé», que é algo de muita responsabilidade internacional. Quer dizer que temos uma misse e agora temos que trabalhá-la para obter um resultado agradável para o País, dentro talvez de três trimestres. Na medida que queria chamar atenção ao Governo para que, juntamente com o comité organizador, encontrasse um programa e o respectivo financiamento para a produção adequada dessa misse São Tomé...

Vozes: — Misse São Tomé e Príncipe!

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Misse São Tomé e Príncipe, as minhas desculpas. Tenho a impressão de que é a primeira vez que cometo esse erro e tenho esse direito.

Risos do ADI.

Portanto, é um alerta para que sejamos capazes de preparara a misse São Tomé e Príncipe, de modo que, creio que no mês de Agosto ou Setembro, possamos conseguir um resultado, de acordo com as pretensões do País, São Tomé e Príncipe, como país de turismo, da presença aprazível de turistas, enfim, um país de acordo com os nossos reais objectivos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, esse debate de hoje remete-me a uma frase de Arcides Ribeiro que dizia que «é difícil o social sobrepor-se ao económico e convencer o económico».

Em segundo lugar, para invocar uma questão metodológica. Acho que este exercício que estamos a fazer na especialidade requeria uma maior intervenção do Sr. Ministro das Finanças. Estamos a fazer propostas concretas, é verdade que todas as intervenções não foram nesse sentido, mas há outras que foram feitas nesse sentido. É que o Sr. Ministro das Finanças, naturalmente com o aval do Sr. Primeiro-Ministro, desse resposta a algumas questões concretas que aqui foram levantadas.

Já agora, Sr. Primeiro-Ministro, fiz alusão à sua intervenção, na base das propostas que fiz aqui, quando dizia que a CNN lançou um repto ao Governo de São Tomé. Chamei a isso «um repto», é um espaço turístico. Falou-se aqui da questão periclitante que está a Direcção da Cultura e, Sr. Ministro da Educação, quando fiz referência a isso falei também do Arquivo Histórico e dos acervos. Os turistas não vêm buscar arranha-céus, vêm buscar o folclore. Dir-me-ão que esta parte da cultura não será a única. A Direcção da Cultura não tem um transporte, os documentos estão atirados à sua sorte, são factos constatados e tinha sugerido que se fizesse – sei que o Governo não tem condições de ir buscar mais, não podemos dilatar o Orçamento, quanto mais não seja, não estamos na sede própria, fui buscar «apoio institucional» e socorrer-me um pouco de algumas intervenções que foram feitas ontem no sentido de que é preciso clarificar, não está clarificado.

Mas é um expediente imediato que encontrei, se calhar uma reacção a quente, pegar o apoio institucional de alguns sectores para reforçar a cultura. Há a questão do folclore; eles precisam de transporte; é preciso que os documentos que estão no Arquivo Histórico, que são património nacional, tenham a devida protecção; há um sistema de informatização que está em curso, isto requer mais apoio.

Bom, espero que as nossas intervenções neste âmbito sejam metodologicamente interessantes para resolver os problemas que colocamos. Estamos a discutir o Orçamento como se tivéssemos a discutir apenas as medidas de políticas e opções. Não, é preciso discutir essa parte dos números que são propostos, alterá-los e chegar aos objectivos que todos almejamos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, fará a intervenção o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor, Sr. Deputado Levy, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros e Secretário de Estado, Sras. e Srs. Deputados: Junto também a minha voz, desde segunda-feira que não uso da palavra, para desejar um bom ano a todos nós e a toda a população são-tomense.

Tomei a palavra, não para entrar concretamente na discussão do orçamento sobre a matéria, ou o sector social que estamos a discutir hoje, mas, já que nos deram esses 5 minutos, para tecer algumas considerações e algumas palavras que com certeza irão ajudar-nos, não só na continuação dos trabalhos de amanhã, mas para as próximas reuniões nesta Casa Parlamentar.

Sr. Primeiro-Ministro, nesses 3 dias, ouvi-o com muita atenção e quero aqui dizer que fiquei satisfeito em ver e ouvir tudo que disse, principalmente como o disse, a sua postura enquanto Primeiro-Ministro e alguém que comanda as rédeas do poder executivo do País. Volto a dizer, acho que já o tinha dito aqui da outra vez, que se desde quando tomou posse o Sr. Primeiro-Ministro tivesse esta postura, tenho a certeza que muitas coisas que aconteceram no País e na Casa Parlamentar não teriam acontecido. Quem o ouve hoje vê que houve uma evolução e espero que essa evolução não seja só do Dr. Gabriel Costa, mas seja de todos nós responsáveis políticos deste país.

Daí que, Sr. Presidente, quero aqui dizer que estou satisfeito, mas acima de tudo esperançoso com 2014. Esperançoso porque 2013 é para esquecer em quase todos os sentidos e penso que seria muito difícil termos um 2014 pior daquele que foi o 2013. Terá que ser para melhor, com certeza! Esses 3 dias aqui, em que fizemos aquilo que estamos obrigados a fazer, mesmo tendo opiniões contrárias e divergentes, demonstramos aqui que é possível trabalhar e apresentar propostas e, havendo ideias contrárias, para encontrarmos um melhor caminho para São Tomé e Príncipe.

Demostramos aqui que não somos inimigos a matar, mas sim somos adversários políticos e muitas vezes como adversários políticos podemos ter opiniões convergentes e divergentes. Para mim, Levy Nazaré, o que fizemos aqui nestes três dias é que é o diálogo nacional, porque é um diálogo verdadeiro; um diálogo que vem de dentro de nós; um diálogo sem chefe!

Cumprimentamo-nos e falamos nos corredores da Casa Parlamentar, falamos aqui dentro e podemos fazer isso também doravante, para encontrar de facto o melhor caminho para o nosso povo. Nisso o ADI, volto a dizer, está disponível e disposto a dar toda a sua contribuição para baixar o clima político que vivemos. Quem nos assistiu nesses 3 dias de debate vai compreender isso, que de facto essa crispação está a atenuar e é bom para nós porque temos o 2014 como o ano eleitoral. É assim que temos que continuar, porque todos numa canoa, de um só lado, ela vai afundar-se. Podemos estar na canoa, cada um de um lado a equilibrá-la, para chegarmos ao bom porto.

É disto apenas que gostaria de falar e espero continuarmos assim e desejar um bom desempenho ao Governo nesses meses que tem, tem 6 meses, porque temos eleições possivelmente em Julho ou Agosto.

A nós os Deputados e representantes do povo, desejo que continuemos a fazer o nosso trabalho como temos vindo a fazer.

Terei intervenções na área económica e financeira e também no sector das infra-estruturas.

Não gostaria de terminar sem dizer aqui umas palavras ao Sr. Ministro da Juventude e Desporto: nem me recordava que tivemos um outro Ministro para além de si.

Murmúrios e risos.

O Sr. **Presidente**: — Caros presentes, vamos terminar a sessão.

Gostaria apenas de recordar, particularmente ao Presidente da 2.^a Comissão, tendo em conta que ouvimos os Srs. Primeiro-Ministro e Ministro da Educação anuírem em algumas propostas que foram aqui feitas; ouvimos o Sr. Ministro da Juventude a agradecer a intervenção de alguns colegas Deputados, mas a fazer referência à necessidade de alguma prudência na atribuição de algumas verbas, sobretudo quando elas são atribuídas pela primeira vez. Não vamos submeter essas propostas à votação, tendo em conta que encontramos disponibilidade da parte do Governo.

O Sr. Primeiro-Ministro, quando fez referência às propostas, não disse que não, o que não significa que as propostas serão adoptadas tal e qual como foram apresentadas. Por isso é que faço um apelo ao Presidente da Comissão e particularmente aos Srs. Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças para que os acertos sejam feitos, no sentido de termos um Orçamento equilibrado e possa respeitar às propostas aqui apresentadas pelos Srs. Deputados.

Esta é a síntese que faria e não submeto as propostas tal como foram apresentadas, porque estamos a falar de números e, quando falamos de números, precisamos de alguma prudência em fazer os ajustes. Porém, antes de aprovarmos em definido o Orçamento, teremos que conhecer os enquadramentos feitos pela Comissão, em concertação com o Governo. Estamos de acordo?

Afirmaram, acenando com a cabeça.

Posto isso, bom almoço a todos e declaro encerrada a sessão.

Eram 14 horas e 50 minutos.